

PROJETOS CULTURAIS E A AGENDA 2030 **Relatos de uma experiência no Brasil no ano de 2020**

Manuel Gama ¹

A Agenda 2030 é um contrato social mundial com o objetivo de resolver necessidades das pessoas, enfatizando que ninguém deve ser deixado para trás. Trata-se de uma agenda abrangente e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes. Sendo que a mobilização dos meios para a sua implementação é reconhecida como fundamental, tendo todos, nomeadamente os profissionais e as organizações do setor cultural, um papel importante a desempenhar.

Uma primeira análise da Agenda 2030 permite-nos perceber de forma inequívoca a ausência explícita da cultura nas três dimensões do desenvolvimento sustentável e nos 17 ODS e a presença explícita residual da cultura nas metas elencadas no documento e nos indicadores entretanto definidos para aferir o seu cumprimento.

As discussões sobre o conceito de cultura são amplas e antigas, mas basta convocar o conceito de cultura da UNESCO, para percebermos que o cumprimento da Agenda 2030 passa, obrigatoriamente, por uma aposta nas questões culturais, tanto mais que está centrada nas pessoas, no planeta, na prosperidade, na paz e nas parcerias.

A relação entre cultura e desenvolvimento é também recorrente e revisitando, por exemplo, as conclusões da Conferência de Stockholm (UNESCO, 1998) e do Congresso de Hangzhou (UNESCO, 2013), obras como “Culture and sustainable development: examples of institutional innovation and proposal of a new cultural policy profile” (United Cities and Local Governments, 2009), “Culture in, for and as Sustainable Development” (Dessein, Soini, Fairclough & Horlings, 2015), “Indicadores Unesco de cultura para el desarrollo: Manual Metodológico” (UNESCO, 2014), “Re|pensar as políticas culturais: criatividade para o desenvolvimento 2018” (UNESCO; 2018) e

¹ Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura, Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Universidade do Minho (PolObs-CECS-UM). E-mail: manuelgama@ics.uminho.pt

“Cultura y Desarrollo Sostenible” (Martinell, 2020), e o número 27 da Revista Observatório Itaú Cultural (2020) dedicado à temática “Cultura e Desenvolvimento”, torna-se ainda mais nítida a importância capital da cultura na e para a Agenda 2030.

Assim, **uma análise mais profunda da resolução da ONU revela que, na realidade, a cultura atravessa implícita e veementemente toda a Agenda 2030, de tal forma que a UNESCO considerou fundamental aferir a contribuição da cultura para o seu cumprimento, à escala local e nacional.** Sendo que, para o efeito, foi disponibilizada, em novembro de 2019, a publicação “Culture | 2030 Indicators” (UNESCO, 2019), integrando um conjunto de indicadores, quantitativos e qualitativos, que, por si só, constitui uma ferramenta fundamental para o setor cultural até 2030.

Foi com este enquadramento que, em dezembro de 2019, uma equipa multidisciplinar do Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura (PolObs) começou a desenvolver em Portugal o projeto “Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais e a Agenda 2030”.

Mais do que problematizar a presença da cultura na Agenda 2030 e a importância da cultura para o desenvolvimento sustentável, com este projeto pretendemos atingir dois objetivos: 1) identificar, caracterizar e mapear projetos culturais desenvolvidos com o enquadramento da Agenda 2030; 2) sensibilizar e capacitar profissionais e organizações do setor cultural para a importância de desenvolver projetos culturais enquadrados na Agenda 2030. Conjugando uma metodologia qualitativa e quantitativa, o projeto integra instrumentos e técnicas diversificadas (e.g. análise documental; entrevistas a informantes privilegiados; ficha de registo online a profissionais e organizações, públicas e privadas, do setor cultural; oficinas de formação-ação). Considera-se que deste modo, ao colocarmos a tónica na disseminação de práticas de apropriação da Agenda 2030 por parte de profissionais e organizações, públicas e privadas, do setor cultural, estamos também a sublinhar a importância que o setor cultural pode e deve ter para o cumprimento da Agenda 2030.

Em maio de 2020, o projeto foi alargado ao Brasil, permitindo a participação de profissionais e organizações (públicas e privadas) do setor cultural brasileiro.

Nesta mesa coordenada, vamos partilhar e discutir os principais resultados obtidos no Brasil, fruto da colaboração com uma rede de parcerias com instituições acadêmicas e do setor cultural de sete estados brasileiros.

João Roque e Karina Poli, do CELACC-Universidade São Paulo, discutirão alguns dos indicadores identificados no mapeamento e no processo de seleção de participantes para as oficinas do referido projeto, sendo que os dados preliminares sugerem que os produtores culturais têm algumas dificuldades para vincular as suas atividades com os objetos e metas da Agenda 2030.

Representando uma das entidades parceiras, Carlos Lima, Fernanda Pinheiro e Vanessa Marinho, do Paço do Frevo (Recife – PE), lançarão um olhar crítico sobre as atividades desenvolvidas pela instituição e como essas dialogam e colaboram com a Agenda 2030, procurando, desta forma, sublinhar os impactos da Agenda 2030 na rotina de um equipamento cultural.

O ponto de partida para o contributo de Patricia Dorneles, do LACAS-Universidade Federal do Rio de Janeiro, serão os 37 projetos identificados no mapeamento voluntário realizado em 2020 que atuam na promoção da cidadania cultural da pessoa com deficiência. O objetivo de apresentar estas poucas iniciativas está na possibilidade de visualizar encontros possíveis entre as iniciativas e a Agenda 2030 a partir de diferentes experiências do campo cultural e qualificar reflexões sobre a importância do fomento cultural para as iniciativas culturais que envolvem esta população e seu papel para o desenvolvimento sustentável.

Para finalizar, Simonne Teixeira e Aline dos Santos Portilho, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, explorarão as possibilidades de construção coletiva de projetos culturais articulados à Agenda 2030 a partir da dinâmica estabelecida nas oficinas do projeto “Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais e a Agenda 2030”.

MANUEL CARLOS LOBÃO DE ARAÚJO E GAMA

Doutor em Estudos Culturais/Sociologia da Cultura, mestre em Educação Artística e licenciado em Gestão Artística e Cultural. Estágio de pós-doutoramento em Ciências da Comunicação na UM (Portugal), USC (Espanha) e USP (Brasil). Pesquisador integrado do CECS-UM, coordenador do 2CN-CLab e do PolObs. Áreas de investigação: Políticas Culturais, Gestão Cultural, Redes Culturais, Públicos da Cultura.

JOÃO ROQUE SILVA JÚNIOR

Graduado em Letras e mestre em Ciências da Integração da América Latina pelo Programa Integração da América Latina, ambos pela Universidade de São Paulo. É membro do Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação. Pesquisa as indústrias criativas e culturais na perspectiva do desenvolvimento regional.

KARINA POLI

Formada em História com mestrado e doutorado e pós doutorado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Foi bolsista de doutorado e pós-doutorado da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP até 2020. Atualmente, é professora do Curso de Especialização em Gestão Cultural no Centros de Estudos Latino Americano de Comunicação e Cultura da Universidade de São Paulo - CELACC.

CARLOS GOMES DE LIMA JUNIOR

Mestre em Ciência da Arte, Especialista em Museus Identidades e Comunidades e Licenciado em Artes Plásticas. Atualmente é Coordenador de Educação do Paço do Frevo. Áreas de investigação: Artes, Cultura Popular, Educação, Mediação em Museus e Espaços Culturais, Acessibilidade, Políticas e Gestão Cultural, Processos de Criação Colaborativa e Redes, Sustentabilidade, Diversidade e Protagonismo Social.

FERNANDA SOUZA PINHEIRO

Mestre em Gestão Artística e Cultural e Licenciada em Música. Atualmente é Coordenadora de Música do Paço do Frevo. Produtora e gestora cultural. Áreas de investigação: Artes, Música, Cultura Popular, Políticas Culturais, Gestão Cultural, Empreendedorismo, Sustentabilidade, Redes Culturais, Cooperação e Internacionalização.

VANESSA ADRIANO MARINHO

Mestre História, especialista em História e Cultura Afro Brasileira, Bacharel e Licenciada em História. Atualmente é Coordenadora de Conteúdo do Paço do Frevo. Pesquisadora e gestora cultural. Áreas de investigação: Patrimônio Cultural, Cultura Popular, Gestão Cultural, Educação e Mediação em Museus, Cultura Afro Brasileira, Economia Criativa.

ALINE DOS SANTOS PORTILHO

Doutora e mestre em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas, graduada em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense. Está em estágio pós-doutoral na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, ligada ao Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico e ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e é Produtora Cultural do Instituto Federal Fluminense.

SIMONNE TEIXEIRA

Doutora em Filosofia i Lletres (Història) pela Universitat Autònoma de Barcelona – Espanha. Docente da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/UENF onde participa dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Ciências Naturais e coordena o Grupo de Pesquisa CNPq- Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural.

PATRICIA SILVA DORNELES

Professora Associada do Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da UFRJ, Pós doutora em Terapia Ocupacional pela UFSCar, Doutora em Geografia pela UFRGS, Mestre em Educação pela UFSC. Coordenadora do Curso de Especialização em Aceibibilidade Cultural da UFRJ.. Áreas de investigação: Políticas Culturais, Cidadania Cultural, Diversidade Cultural, Acessibilidade Cultural. Atua há 30 anos no âmbito das politicas culturais

OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO NO SETOR CULTURAL BRASILEIRO

João Roque Silva Júnior²
Karina Poli Lima da Cunha³

Resumo: O Brasil tem sido um ator frequente na agenda global para o desenvolvimento sustentável. No entanto, a capacidade do país atuar em todas as dimensões transversais para alcançar os 17 ODS da Agenda 2030 está cada vez mais reduzida. A fim de entender esses desafios, sobretudo no setor cultural, o Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura (PolObs), sediado em Portugal, junto com outros centros de pesquisa brasileiros, iniciaram o projeto “Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais e a Agenda 2030”. Assim, o presente artigo discutirá alguns indicadores identificados no mapeamento e no processo de seleção para as oficinas do referido projeto. Os dados preliminares sugerem que os produtores culturais têm algumas dificuldades para vincular as suas atividades com os objetos e metas da Agenda 2030. A hipótese é a de que isso ocorre como consequência da ausência da cultura e da criatividade nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e pela rara afinidade entre as políticas culturais nacionais e a Agenda 2030.

Palavras-chave: Cultura. Criatividade. ODS. Políticas Culturais.

Introdução

A agenda global estabelecida pela ONU para superação da pobreza e outras calamidades que atingem milhões de pessoas no mundo tem por objetivo a construção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Para tanto, a cultura e a criatividade dos povos e indivíduos têm sido reconhecidas como dimensões transversais indispensáveis, e foi apostando no vínculo entre cultura, criatividade e desenvolvimento que a Unesco e a Unctad, agências ligadas diretamente a ONU, desenvolveram uma série de estratégias para auxiliar os países e a sociedade civil na identificação e implementação de políticas públicas para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

O papel que a cultura e a criatividade podem desempenhar no desenvolvimento das sociedades e no crescimento econômico é cada vez mais ressaltado pelas instituições, programas de desenvolvimento e investigações científicas. Desde os anos 1970 uma série

² Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC). E-mail: joaoroquer@gmail.com

³ Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC). E-mail: karinapolilc@gmail.com

de agentes públicos e privados vêm apontando as possibilidades de vínculo entre a cultura e os processos de desenvolvimento. Entre esses agentes, as instituições supranacionais, como Unesco e Unctad, são sem dúvida as principais vozes internacionais do que podemos chamar de *discurso cultura, criatividade e desenvolvimento* (SILVA JUNIOR, 2021), isto é, a defesa de um conjunto de ações e políticas que buscam a criação de valores culturais e econômicos em níveis local, nacional e regional.

Apesar do esforço em mostrar os vínculos entre cultura, criatividade e desenvolvimento, a agenda internacional, aprovada em 2015 e adotada por 193 membros da ONU, não parece ter reconhecido um papel de destaque (DE VRIES, 2020). Entre os 17 objetivos e as 169 metas, a cultura e a criatividade não aparecem de forma explícita, exceto pelos itens 11.4, o qual busca “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo” e 8.3, que menciona a “... geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas...”. Em ambos os casos, assim como nas ditas referências indiretas (DE VRIES, 2020, p.13), é necessário bastante esforço imaginativo para construir esses vínculos.

É esse esforço, inclusive, que a Unesco (2019) decidiu levar a cabo com a publicação do estudo denominado *Thematic Indicators for Culture in the 2030 Agenda*. A proposta da Unesco teve como objetivo construir um quadro conceitual transversal baseado em quatro dimensões do desenvolvimento sustentável e 22 indicadores que mostram a contribuição da cultura e da criatividade para os ODS. Mas não só isso, o estudo aprofunda os vínculos da cultura com o desenvolvimento sustentável e oferece um guia de ação para os governos e a sociedade civil nos âmbitos internacional, nacional e local.

Entre os documentos de orientação produzidos pela Unesco para o setor cultural, os *Indicadores de Cultura 2030* são a maneira mais avançada de mostrar a transversalidade da cultura e da criatividade. Além disso, outros esforços estão sendo feitos para fortalecer os argumentos de que a cultura e a criatividade são fundamentais para alcançar os objetivos da Agenda 2030, como é o caso do estudo *The Missing Pillar: Culture’s contribution to the United Nations Sustainable Development Goals*, publicado pelo British Council (2020), o qual analisa como cerca de 15 programas artísticos e

culturais desenvolvidos ao redor do mundo para mostrar os vínculos explícitos com até 11 ODS. O estudo apresenta ainda nove recomendações para incorporação dos ODS nos programas de arte e cultura, bem como formas de mensurar as contribuições para a agenda 2030.

O problema, contudo, é que a publicação desses estudos coincidiu com a emergência da pandemia causada pela Covid-19, o que certamente irá dificultar a sua adesão pelos países e instituições. Assim, parecem ser dois os principais desafios para os próximos anos. Primeiro é conseguir com que os países possam adotar os instrumentos elaborados pela Unesco e assim fortalecer as suas políticas públicas. O segundo desafio é criar oportunidades e mecanismos de regulação que possibilitem os pequenos e médios produtores culturais retomar os negócios e projetos. Isso significa não apenas pensar em novas políticas culturais, mas mudar a forma de participação do Estado na economia.

A atuação do Brasil na construção da agenda global para o desenvolvimento sustentável é significativa, embora a capacidade do país atuar em todas as dimensões transversais para alcançar os 17 ODS da Agenda 2030 esteja cada vez mais reduzida. A fim de entender quais são os desafios do setor cultural brasileiro, presente artigo discutirá alguns indicadores identificados no mapeamento e no processo de seleção para as oficinas do projeto internacional “Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais e a Agenda 2030”, liderado pelo Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura (PolObs), de Portugal. Os dados preliminares sugerem que os produtores culturais têm algumas dificuldades para vincular as suas atividades com os objetos e metas da Agenda 2030. A hipótese é a de que isso ocorre como consequência da ausência da cultura e da criatividade nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e pela rara afinidade entre as políticas culturais nacionais e a Agenda 2030.

A cultura e a criatividade nas políticas culturais brasileiras

As políticas culturais brasileiras são caracterizadas geralmente por seus momentos de idas e vindas. Albino Rubim (2008) as denomina de tristes tradições, já que são o resultado de relações conturbadas entre Estado e cultura, isto é, as políticas culturais nacionais seriam marcadas pela ausência, pelo autoritarismo e pela instabilidade. Apesar disso, Lia Calabre (2007) traça um panorama histórico fundamental das políticas culturais

no Brasil, o qual se inicia na década de 1930, com a implementação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Calabre mostra como ao longo dos anos diversas instituições e projetos foram criados, especialmente no período dos governos militares. Em 1985, com a retomada da democracia, foi estabelecido o Ministério da Cultura (Minc) e, um ano depois, foi instituída a lei de incentivos fiscais, o principal mecanismo de financiamento no âmbito Federal.

Ao longo dos anos de 1990, o Minc resistiu às crises econômicas e às tensões na política brasileira, o que possibilitou que a partir de 2002, segundo Lia Calabre (2007), a instituição finalmente conseguisse se tornar um verdadeiro ministério. Ainda que a relação entre mercado e cultura até 2002 possa ser caracterizada pela instrumentalização do Minc, sobretudo com o uso da Lei Rouanet de forma privada e concentrada (BOLAÑO; MOTA; MOURA, 2012), a partir dessa data uma outra relação entre cultura e dimensão econômica foi iniciada, sob a liderança do ministro Gilberto Gil. Isso não significou a realização de uma reforma na lei de incentivos, mas ao menos se buscou ampliar o orçamento do ministério e estimular outros os vínculos entre economia e cultura.

Do ponto vista da institucionalidade nas políticas culturais, o discurso sobre a cultura, a criatividade e o desenvolvimento começou a ganhar forma e adeptos com a realização da XI Conferência da Unctad, em 2004, e a realização do I Fórum Internacional de Indústrias Criativas, organizado em abril de 2005 (REIS, 2012). De acordo com Mariana Gonçalves Madeira (2014, p. 194), a primeira vez que o termo “economia criativa” apareceu em um documento Federal foi na preparação da II Conferência Nacional de Cultura, em 2010.

Entre 2011 e 2012, um grupo de especialistas liderados por Cláudia de Souza Leitão elaborou o Plano da Secretaria de Economia Criativa e logo em seguida institui-se a Secretaria de Economia Criativa (SEC) no Minc. O Plano de SEC marca de maneira definitiva a institucionalização do discurso sobre criatividade e desenvolvimento no âmbito das políticas culturais brasileiras. No entanto, como se a instabilidade fosse inerente à política cultural brasileira (RUBIM, 2008), o mesmo governo que implementou a SEC a extinguiu em 2014. Curiosamente, dois anos depois, a SEC foi reintegrada ao

Minc, e o próprio Minc, por sua vez, foi dissolvido e transformado em Secretaria Especial de Cultura em 2019.

Por fim, é a partir deste histórico de arranjo institucional instável das políticas públicas de cultura que o setor cultural brasileiro estabeleceu os parâmetros de compreensão sobre os vínculos entre cultura, criatividade e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis da Agenda 2030.

Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais e a Agenda 2030

Em dezembro de 2019 o Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura (PolObs) começou a desenvolver em Portugal o projeto *Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais e a Agenda 2030*. Em maio de 2020, o projeto foi estendido para o Brasil por meio de parcerias com instituições do setor cultural. O projeto foi estruturado com dois objetivos principais. Primeiro buscou-se identificar, caracterizar e mapear projetos culturais com o enquadramento na Agenda 2030. Em segundo lugar, ofereceu-se uma série de oficinas com a finalidade de sensibilizar e capacitar os profissionais e organizações do setor cultural para desenvolver projetos culturais enquadrados na Agenda 2030⁴.

Durante a primeira etapa do projeto foram mapeados 1.586 projetos culturais, identificados por 986 profissionais e organizações de 24 estados, sendo que a maioria, 74,5%, foram provenientes da região Sudeste, com predominância dos participantes do estado do Rio de Janeiro, com 48,4% dos participantes de acordo com o relatório final (CRUZ, 2021). Ainda em aspectos descritivos, o ODS 4, que trata de garantir o acesso à educação, e o ODS 11, que busca tornar as cidades mais inclusivas, foram os que mais tiveram projetos culturais relacionados, com 36,7 % e 13,4% respectivamente. Quando se utiliza os indicadores temáticos da Unesco (2019), nota-se 46,4% dos projetos inscritos estão relacionados com a dimensão três, Conhecimento e Habilidades, que corresponde aos ODS 4, 8, 9, 12 e 13⁵.

A segunda etapa do projeto foi dedicada à aplicação das oficinas com até 30 participantes de cada Estado, com o objetivo de aprofundar a relação entre cultura,

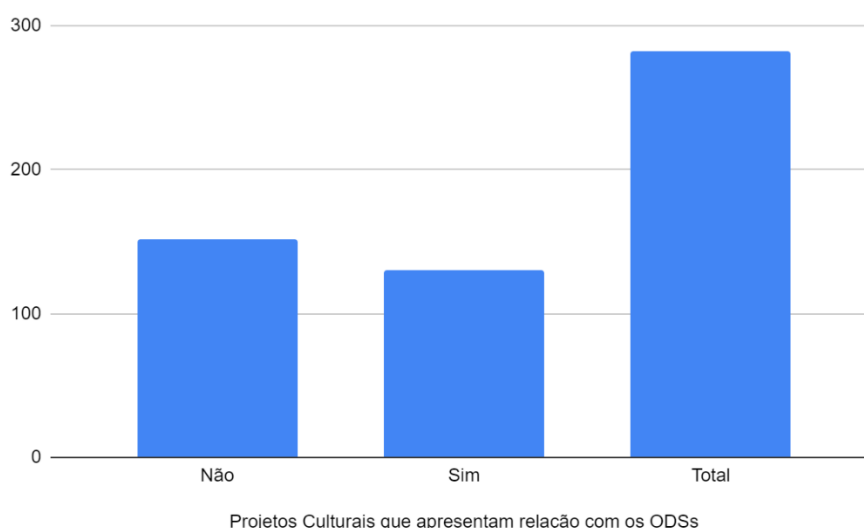
⁴ Para conhecer mais sobre o projeto, acessar aqui: <http://polobs.pt/projeto/>

⁵ Para mais detalhes sobre o ODS e a Agenda 2030, acesse aqui: <http://www.agenda2030.com.br/ods/4/>

criatividade e os ODS. No caso das oficinas de São Paulo, os responsáveis pelo processo de seleção dos participantes foram o Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação e o Centro de Pesquisa do Formação do Sesc. O estado de São Paulo teve o segundo maior número de inscritos, com o total de 282 projetos culturais, originários de 37 municípios. Foi durante o processo de seleção para a etapa das oficinas, portanto, que pudemos compreender mais detidamente as características dos inscritos e a visível dificuldade de relacionar suas atividades com os ODS e as 169 metas.

Para esse artigo foi feita uma análise das fichas de inscrições dos 282 projetos, na qual buscou-se verificar a relação entre a descrição do projeto com o ODS e a meta escolhidas pelo produtor ou organização. Foi feita uma análise do texto descritivo do projeto buscando identificar os objetivos do projeto e suas ações, para em seguida, verificar a adequação dos mesmos com as metas e objetivos escolhidos.

O gráfico abaixo indica que 54% dos projetos inscritos não demonstraram vínculos claros entre os objetivos do projeto com o ODS.



Elaborado pelos autores.

Para ilustrar o que se compreende por vínculo claro, veja-se os dois exemplos a seguir:

Exemplo 1:

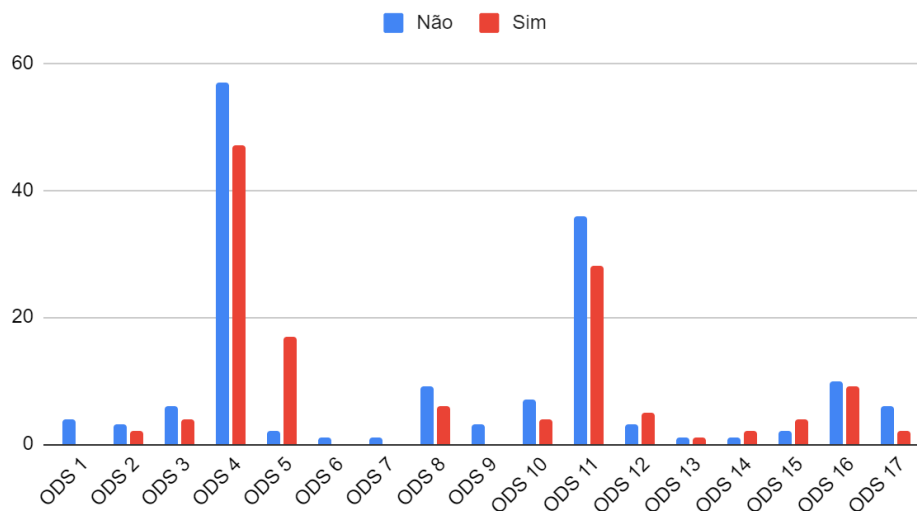
Descrição	Uma coletânea de 17 poesias que conectam a performance dos paradoxos dos atos
ODS	ODS 1: Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
Meta	Meta 1.1. Até 2030, erradicar a pobreza extrema em todos os lugares, atualmente medida como pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia
Vínculo	Não

Exemplo 2:

Descrição	Projeto de formação continuada para professores da rede municipal de ensino da Educação Básica, acerca de reflexões sobre os princípios e práticas pedagógicas pautados pelo desenvolvimento integral/ educação integral.
ODS	ODS 4: Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Meta	Meta 4.c. Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento
Vínculo	Sim

Como se percebe, os dois exemplos são marcadamente diferentes em relação ao modo de pensar uma ação cultural que possa trazer alguma contribuição para o enfrentamento dos problemas emergenciais relacionadas à pobreza e educação. Isso não significa que o primeiro exemplo de projeto não seja importante, mas o que se quer destacar é a dificuldade de vínculo com os ODS e suas metas. No gráfico a seguir é possível ver que ODS 12, 14 e 15 foram os únicos que tiveram um maior número de projetos com vínculos mais perceptíveis.

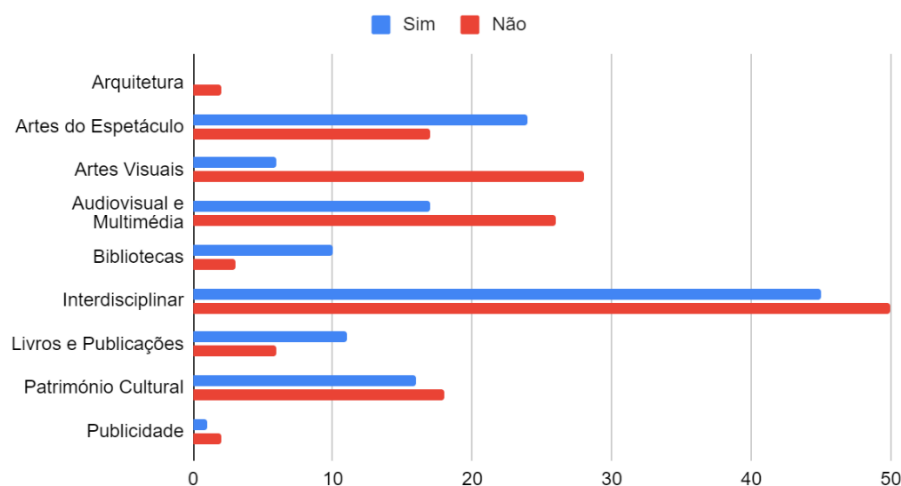
Relação de Projetos por ODS



Elaborado pelos autores.

No gráfico seguinte, por sua vez, é possível acompanhar a relação entre os domínios culturais e os ODS. Nota-se que o maior número de projetos foi identificado como interdisciplinar, sendo que até 50 projetos não apresentam relação com o ODS. Caso inverso se deu com o domínio Artes do Espetáculo, o qual apresenta um maior número de projetos vinculados de maneira clara com os ODS e as metas.

Domínios culturais e relação com os ODS



Elaborado pelos autores

A visível dificuldade de relacionar os projetos culturais com os ODS e suas metas apontam para duas questões fundamentais, sobretudo no atual contexto, quando a própria a Organização das Nações Unidas reconhece que a cultura e a criatividade deverão ter um papel mais decisivo no processo de recuperação dos países⁶. A primeira questão está relacionada com a formação de agentes culturais para facilitar e aprimorar os vínculos dos projetos culturais, educacionais e criativos com a Agenda 2030. Parte dessa dificuldade, deve-se frisar, é o resultado da ausência da cultura como um dos pilares dos ODS, algo que a Unesco vem tentando reverter desde a criação dos Objetos de Desenvolvimento do Milênio, no final da década de 1990.

Além disso, e essa é a segunda questão, a dificuldade referida acima também está relacionada com a falta de vínculo entre as próprias políticas culturais e os ODS. Ao verificamos a texto que estabelece a Lei 14.017/20⁷, apelidada de Lei Aldir Blanc (LAB), que destina R\$ 3 bilhões para socorrer os trabalhos e instituições culturais afetados pela pandemia da Covid-19, nota-se que não há nenhuma menção aos ODS. Quando se observa os Planos de Ação dos Estados, como é o caso de São Paulo, nenhum dos 25 editais⁸, distribuídos entre os eixos de produção, licenciamento, fruição e premiação mencionam os ODS ou a Agenda 2030. O mesmo ocorre com os 16 editais publicamos recentemente pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo⁹.

Esse estudo precisa ser feito com mais vagar, mas as descobertas preliminares sugerem que as políticas culturais brasileiras, nos diferentes níveis da administração pública, ainda não iniciaram o processo de interpretação e estímulo para que produtores e instituições possam adotar os ODS. Caso isso venha ocorrer, será fundamental se apropriar da perspectiva transversal proposta no documento Thematic Indicators for Culture in the 2030 Agenda (UNESCO, 2019), a qual permite que se realize os cruzamentos entre os ODS, a cultura e a criatividade.

⁶ A ONU declarou que 2021 é o Ano Internacional de Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável.

⁷ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>. Acesso em: 6 de abr. 2021.

⁸ Disponível em: <http://www.cultura.sp.gov.br/lei-14-017-2020/editais-proac-expresso-lab/>. Acesso em: 6 de abr. 2021.

⁹ Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/editais/index.php>. Acesso em: 6 de abr. 2021.

Considerações

As discussões sobre as contribuições que a cultura e criatividade podem desempenhar no alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável geralmente assumem duas tonalidades, sendo uma delas marcada pelo ceticismo, uma vez que os próprios ODS não mencionam a cultura como um dos seus pilares, e outra caracterizada pelo otimismo e praticidade, postura, inclusive, que está por trás da produção de uma série estudos e guias que buscam ressaltar o aspecto especial da cultura para o enfrentamento dos desafios trazidos pela Agenda 2030.

A participação brasileira nesse processo é significativa, seja pela considerável atualização das políticas públicas seja pela presença nas discussões e fóruns multilaterais. Apesar disso, a amostragem expressiva de projetos culturais mapeados no programa Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais e a Agenda 2030, liderado pelo pesquisador Manuel Gama, aponta para dois desafios principais que o setor cultural brasileiro precisará lidar.

O primeiro desafio é ampliar as oportunidades de formação dos agentes culturais a respeito da Agenda 2030; o segundo é alcançar níveis de institucionalização e práticas de gestão que considerem as recomendações da Unesco, evidentemente que adaptadas às diversas realidades locais. Esses dois desafios estão diretamente relacionados com as dificuldades de vínculo entre os projetos culturais e os ODS vistas na seção anterior.

É certo, porém, que socorrer os milhões de trabalhadores da cadeia de valores da cultura que estão há mais de um ano com suas atividades suspensas, portanto sem fontes de recursos, deve ser a maior prioridade dos governos. Idealmente, contudo, esse momento poderia ser propício para tornar as políticas culturais mais próximas dos ODS e da Agenda 2030.

Referências

BOLAÑO, César; MOTA, Joanne Mota; MOURA, Fábio. Leis de incentivo à cultura via renúncia fiscal no Brasil. In: CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: pesquisa e formação**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

- BRASIL. **Lei Aldir Blanc**: relatório parcial. Brasília: 2021. Disponível em: http://portalsnc.cultura.gov.br/wpcontent/uploads/sites/32/2020/09/Relat%C3%B3rioAldirBlanc_25_03_23.pdf. Acesso em: 03 de abr. 2021.
- BRITISH COUNCIL BRASIL. A economia criativa brasileira: análise da situação e avaliação do programa de empreendedorismo social e criativo financiado pelo Newton Fund. São Paulo, 2018.
- CALABRE, L. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v.13, n. 2, p. 7-21, 2020. DOI: 10.11606/extraprensa2020.170903. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/170903>. Acesso em: 3 abr. 2021.
- CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. **Encontro de estudos multidisciplinares em cultura**. Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_l_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.
- CANEDO; Daniele Pereira; PAIVA NETO, Carlos Beyrodt (Orgs.). **Pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa**: relatório final de pesquisa. Salvador: Observatório da Economia Criativa: Santo Amaro: UFRB, 2020.
- CRUZ, Rui Vieira. Projetos Culturais e a Agenda 2030 no Brasil: alguns dados quantitativos do mapeamento de 2020, 2021. Disponível em: http://polobs.pt/wp-content/uploads/2019/12/Projetos-Culturais-e-a-Agenda-2030-no-Brasil_alguns-dados-quantitativos-do-mapeamento-de-2020.pdf. Acesso em: 6 de abr. 2021.
- DE VRIES, Gijs. Culture in the sustainable development goals: The Role of the European Union. In: **ifa Edition Culture and Foreign Policy**. Stuttgart: ifa, 2020.
- EY. **Cultural times**: the first global map of cultural and creative industries. Paris: CISAC, 2015. Disponível em: https://en.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/cultural_times_the_first_global_map_of_cultural_and_creative_industries.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.
- MADEIRA, Mariana Gonçalves. **Economia criativa**: implicações e desafios para a política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.

- O'CONNOR, Justin. Resources of Hope: Creative Economy and Development in the Global South. In: **Creative Economy and Sustainable Development**. Ifa, 2019. Disponível em: https://unctad.org/system/files/nonofficialdocument/J.O%27Connor_Resources%20of%20Hope_Creative%20Economy%20and%20Development%20in%20the%20Global%20South.pdf. Acesso em: 27 de mar. 2021.
- OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL. **Dez anos de Economia da Cultura no Brasil e os Impactos da Covid-19**: um relatório a partir do painel de dados do observatório Itaú Cultural. –São Paulo: Itaú Cultural, 2020.
- REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades criativas**: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-08042013-091615/pt-br.php>. Acesso em: 7 out. 2020.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios enfrentamentos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens (org.). **Políticas culturais na Ibero-América**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- SEMENSATO, Clarissa Alexandra Guajardo; BARBALHO, Alexandre Almeida. A Lei Aldir Blanc como política de emergência à cultura e como estímulo ao SNC. In Dossiê de Política cultural em tempos de pandemia. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 85-108, jan./jun. 2021.
- SILVA JÚNIOR, João Roque. **Cultura, Criatividade e Desenvolvimento no Mercosul: desafios e possibilidades para as indústrias criativas e culturais**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências da Integração) – Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- UNCTAD. **Creative economy**: a feasible development option. New York: UNCTAD; DITC, 2010. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_en.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.
- UNCTAD. **Creative economy**: the challenge of assessing the creative economy-towards informed policy-making. Report 2008. New York: UNCTAD; DITC, 2008.

- Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditc20082cer_en.pdf. Acesso em: 27 set. 2020.
- UNCTAD. **Trades in creative goods in 2015**. Unctad, 2017. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/EN/Infographics.html?theme=creativecheck#&gid=2017&pid=Trade%20in%20creative%20goods%2C%202015>. Acesso em: 3 de abr. 2021.
- UNESCO. **Creative economy report: widening local development pathways**. New York, 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- UNESCO. Culture & Covid-19: Impact & Response Tracker. In: Special Issue. Paris: Unesco, 2020a. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/special_issue_en_culture_covid-19_tracker.pdf. Acesso: 3 de abr. 2021.
- UNESCO. **Pesquisa de Percepção dos Impactos da COVID-19 nos Setores Cultural e Criativo do Brasil**. Brasília: Unesco, 2020b.
- UNESCO. Thematic Indicators for Culture in the 2030 Agenda. Paris: Unesco, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371562>. Acesso em: 3 de abr. 2021.
- YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Tradução: Marie-Anne Kremer. Minas Gerais: UFMG, 2006.

“NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO É A VIDA” - EXPERIÊNCIAS DE SALVAGUARDA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PAÇO DO FREVO

Carlos Gomes de Lima Junior¹⁰

Fernanda Souza Pinheiro¹¹

Vanessa Adriano Marinho¹²

Resumo: O Paço do Frevo, situado em Recife - PE, é um Museu e Centro de Referência na Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, que desenvolve projetos e ações ligadas ao frevo e à cultura, em diálogo constante com a redução de desigualdades sociais, raciais e de gênero. Neste texto, traremos algumas das reflexões em torno de atividades desenvolvidas pela instituição e como essas dialogam e colaboram com a Agenda 2030, para tanto foram analisadas sete ações realizadas nos últimos cinco anos de atuação do museu. Mostraremos, portanto, como a nossa atuação, permeada por significados atinentes ao Frevo como patrimônio cultural imaterial, revela um compromisso direto do Paço com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - o que se vê, por exemplo, em atividades ligadas à educação, ou aquelas relacionadas com melhores condições de trabalho e subsistência. A partir dessa experiência e olhar crítico sobre os impactos da Agenda 2030 na rotina de um equipamento cultural, exploraremos como os ODS se materializam nos princípios que norteiam o Paço do Frevo.

Palavras-chave: Paço do Frevo; Agenda 2030; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Introdução

Criado a partir da demanda da própria “comunidade do frevo”, o Paço traz desde a sua inauguração, antes da própria adoção da Agenda 2030, o compromisso com a realização de ações em prol do desenvolvimento do patrimônio imaterial, nesse caso o frevo, e da sua comunidade, alinhando tradição, compromisso social e desenvolvimento. Partindo destes entrelaçamentos, este artigo busca apresentar iniciativas e provocar reflexões sobre como o cuidado com a vida e com as pessoas - abordagem que predomina na elaboração e nas metas dos ODS - também se fazem presentes nas iniciativas do Paço do Frevo, que também traz como premissa que o nosso maior patrimônio é a vida.

O documento base da concepção do Paço do Frevo enquanto equipamento cultural é o seu Plano Museológico; fazem parte da estrutura descrita no Plano Museológico da instituição uma escola de música e uma escola de dança, que promovem ações de

¹⁰ Paço do Frevo - carlos.lima@idg.org.br

¹¹ Paço do Frevo - fernanda.pinheiro@idg.org.br

¹² Paço do Frevo - vanessa.marinho@idg.org.br

formação para a linguagem do frevo e seus atravessamentos; um setor educativo que tem como principal objetivo o estreitamento dos diálogos entre os conteúdos atinentes ao frevo presentes nas exposições de longa duração e/ou temporárias com os diversos públicos que diariamente têm acesso ao Paço, bem como frente à comunidade escolar; e um centro de documentação e pesquisa, responsável por concentrar tais conteúdos e oferecer suporte para o desenvolvimento de pesquisas e conhecimentos sobre o patrimônio imaterial e a cultura popular.

Neste sentido, vale destacar que as iniciativas que moveram a criação do Paço, direta ou indiretamente estiveram conectadas à questões que dialogam com diferentes esferas do desenvolvimento sustentável. Algumas propostas em prol da salvaguarda do frevo já contemplavam elementos que aparecem, ainda que de forma transversal, relacionados aos ODS e a sua aplicabilidade no campo da cultura. Vale ressaltar como exemplo as proposições do 1º Encontro do Plano Integrado de Salvaguarda do Frevo, promovido pela Secretaria de Cultura do Recife e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e que resultaram no Plano Integrado de Salvaguarda do Frevo (ENCONTRO DO PLANO INTEGRADO DE SALVAGUARDA DO FREVO, 2011).

Neste encontro, foram debatidos os caminhos para uma implementação efetiva daquele que viria a ser o Paço do Frevo onde, entre outras propostas, destaca-se a criação de escolas de dança e de música. As dimensões educativas e de empregabilidade que são atendidas pela implementação destas escolas, por exemplo, já dialogam com os ODS que dão conta das dimensões da Educação de Qualidade, Trabalho Decente e Desenvolvimento Econômico. A partir de então percebe-se que a Agenda 2030 não se constitui como um documento inovador, ao contrário, é uma síntese dos diálogos, dos debates e das reflexões provocadas pelos setores diretamente envolvidos e/ou preocupados com as necessidades e urgências globais relacionadas aos problemas elencados nos ODS.

Partindo das dimensões que tratam da relação entre salvaguarda e desenvolvimento sustentável observadas nas propostas do Paço do Frevo, este artigo subdivide-se em partes que trazem os seguintes aspectos: “Do Frevo ao Paço” - um breve histórico do Paço do Frevo enquanto instituição que promove a salvaguarda do frevo

como bem cultural; “Do Paço à Agenda” - um olhar sobre a transversalidade dos princípios que movem o Paço e que norteiam a Agenda 2030; “Os ODS na prática e no Paço” - uma breve apresentação de como os ODS permeiam as práticas do museu a partir de sete projetos/iniciativas promovidas pelo Paço.

Do Frevo ao Paço

Inscrito desde 2007 no Livro de Registro das Formas de Expressão, reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2007), e como Patrimônio Cultural Imaterial pela UNESCO desde 2012 (PATRIMÔNIO MUNDIAL NO BRASIL, s.d.), o Frevo é uma expressão artística musical, coreográfica e poética centenária, maioritariamente urbana, adensada nos bairros de Recife e Olinda. Com uma ligação estreita ao ciclo festivo carnavalesco, grande parte das práticas continuam associadas à sazonalidade dessa festa que é também responsável pela manutenção da tradição e do patrimônio.

O frevo enquanto prática ganha forma, em grande parte, nas performances de música e dança, e nas respectivas ações de produção que essas demandam. Na dança, a partir da singularidade do “Passo”, estética coreográfica e metodologia de ensino da dança Frevo, tais processos de performance possibilitam aos passistas, por exemplo, uma atuação como artistas independentes ou vinculados a agremiações carnavalescas. Na música, a classificação em “Frevo de Bloco”, “Frevo Canção” e “Frevo de Rua” proporcionam diferentes cenários de atuação para os profissionais, desde as orquestras de pau e corda, cuja maior parte do repertório é o Frevo de Bloco com instrumentos acústicos e a formação coral; passando pelas orquestras de metais, essencialmente instrumentais, que ocupam as ruas com o tradicional repertório de Frevo de Rua; e chegando ao “Frevo Canção” que abrange o repertório de frevos letrados, comumente executados por um(a) cantor(a) solista, acompanhados(as) por orquestras de metais. É preciso ressaltar ainda que o artesanato e as manualidades também compõem os elementos visuais do frevo, através sobretudo dos figurinos, dos bonecos gigantes, dos flabelos e dos estandartes.

Ao mesmo tempo que se constitui como um conjunto de práticas culturais e artísticas, o frevo fortalece o setor cultural como esfera econômica que cresce e se movimenta através da geração de empregos diretos e indiretos para centenas de

profissionais, desde a confecção de figurinos para desfiles de agremiações até as orquestras que circulam nas ruas dos bairros da Região Metropolitana do Recife. A este exemplo, e de acordo com a Prefeitura do Recife, durante o carnaval de 2020, apenas na cidade do Recife, foram realizadas mais de 600 apresentações de Orquestras de Frevo e 1000 agremiações (OLIVEIRA, 2020).

Na sequência dos processos de patrimonialização que reconhecem o potencial econômico vinculado às práticas culturais do frevo, e almejam assegurar uma estrutura para a proteção do mesmo, surge o Paço do Frevo. Inaugurado em 9 de fevereiro de 2014, a partir de uma iniciativa conjunta entre a Prefeitura do Recife e a Fundação Roberto Marinho, o Paço do Frevo está situado na Praça do Arsenal da Marinha no bairro do Recife, no estado de Pernambuco. Além de um museu, o Paço se constitui também como Centro de Referência destinado à salvaguarda do Frevo como patrimônio cultural imaterial (FREVO CELEBRA 10 ANOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2017).

Enquanto estrutura organizacional funciona como um equipamento cultural da Prefeitura da Cidade do Recife gerido, desde a sua abertura, pelo Instituto de Desenvolvimento e Gestão, que se constitui como uma organização privada, sem fins lucrativos, especializada na gestão de “projetos de interesse público e [n]o desenvolvimento e implementação de projetos culturais e ambientais” (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, s.d.).

A diversidade de agentes e práticas relacionadas ao frevo e à comunidade que o cerca e o compõe, é um dos principais norteadores da atuação plural que o Paço do Frevo busca pôr em prática como estrutura que também integra esse patrimônio na contemporaneidade. Neste sentido, desde 2014 o Paço se propõe um espaço de acolhimento, fomento, promoção e difusão do frevo, que mesmo representado, em um olhar macro, como um elemento e uma expressão artística, se concretiza e ganha corpo a partir também do cenário sócio-cultural da onde se desenvolve.

Ao longo dos seus sete anos de atividade o Paço recebeu mais 600.000 visitantes e realizou mais de 500 ações, entre apresentações artísticas e rodas de conversa, virtuais e presenciais. Nesse mesmo período só as escolas de dança e música, através das ofertas formativas do programa educativo cultural, receberam mais de 2.000 alunos em suas atividades. Mais do que números de gestão, esses dados são indicadores que evidenciam

estratégias e princípios que direcionam e definem a atuação do Paço como uma instituição comprometida com a cultura e o social.

Trazendo mais uma vez como referência as escolas de música e de dança do Paço do Frevo, desde o início de sua atuação, vários profissionais estiveram envolvidos na promoção de cursos, minicursos e oficinas, além de participarem também de palestras, seminários e outras ações formativas. Como foi mencionado anteriormente, somente as atividades desenvolvidas por estes dois setores do Paço do Frevo contemplam, grosso modo, objetivos relacionados à educação e à empregabilidade. Para se ter ideia, apenas a escola de Dança, entre os anos de 2014 e 2019, mobilizou a contratação de 166 profissionais, gerando uma receita de cerca de R\$57.000,00 com o pagamento de inscrições, e de aproximadamente R\$9.000,00 com locação de salas de aula. Estes dados são importantes de serem mencionados para que se tenha uma efetiva dimensão de como as ações do Paço do Frevo impactam a cadeia produtiva da cultura - considerando que tem um potencial ainda maior de alcance, com as condições adequadas de oferta e mobilização de pessoas e recursos - impactando também as diferentes dimensões da sustentabilidade.

Do Paço à Agenda

Por ser uma expressão cultural viva, a consolidação e a proteção do frevo acontece regular e diariamente, através da comunidade que o produz: em cada reunião de agremiação, ensaio de orquestra, rede informal e afetiva de comunicação ou nos projetos independentes voltados para esse universo. Contudo, como expressão viva, o frevo está também em constante processo de mudança, adaptação e renovação.

Partindo desta premissa entende-se que a salvaguarda de um bem vivo ganha força através de uma proposta diversificada de ações, que precisam ser também direcionadas aos indivíduos envolvidos nessas práticas, aqui, tais indivíduos constituem a comunidade do frevo. Nesse sentido é que o Paço desenvolve uma frente de trabalho ampla que propõe ir além da visibilização e da difusão do frevo, mas que através deste patrimônio possa atingir e contribuir positivamente com as variáveis sócio-político-econômicas que compõem as realidades da comunidade. Colaborando assim para a constituição de uma

cadeia autossuficiente de proteção do patrimônio a partir da sustentabilidade e da manutenção das suas atividades.

Sendo também um equipamento cultural de responsabilidade social, o Paço carrega compromissos que permeiam uma atuação direta em prol de pautas sociais de combate à discriminação racial e de gênero, de estímulo ao desenvolvimento econômico e à sustentabilidade, sobretudo no que tange atividades culturais, e à eliminação de desigualdades sociais. Conduzidas pelo princípio de que a educação e a cultura são ferramentas imprescindíveis nos processos de transformação social, essas pautas se fazem presente na rotina institucional do Paço, desde a estruturação e a formação das equipes até os projetos e ações desenvolvidas nas programações e curadorias. É neste ponto que o Paço do Frevo estabelece uma relação estreita com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ao definir princípios de atuação que, paralelo à manutenção do objetivo macro que é a salvaguarda do frevo, almejam impactar esferas do âmbito econômico e social.

O mérito da força agregadora e política da Agenda 2030, bem como dos inúmeros trabalhos de base desenvolvidos a partir desta, são inquestionáveis mais-valias no processo de implementação da mesma. Sem perder de vista a iniciativa e os esforços despendidos desde a adoção da Declaração do Milênio, entre os anos 2000 e 2015 (Nações Unidas Brasil, 2010), as ações que têm sido desenvolvidas através de estudos, publicações e grupos de trabalho são fundamentais para o alcance dos ODS que atualmente compõem Agenda 2030. É importante ressaltar, contudo, que os objetivos elencados na Declaração do Milênio e na própria Agenda 2030 são uma síntese dos problemas que diversos agentes e setores já combatiam e identificavam urgentes a serem solucionados. A Agenda 2030, assim como a Declaração do Milênio, surge como a formalização entre nações, leia-se lideranças políticas, do reconhecimento de tais necessidades:

Em setembro de 2015, representantes dos 193 Estados-membros da ONU se reuniram em Nova York e reconheceram que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. (A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, s.d.)

Sem o intuito de ignorar a importância de um reconhecimento político e global das necessidades do planeta, relembra-se que a inauguração do Paço do Frevo como museu e equipamento cultural comprometido com o bem social antecede, em pelo menos um ano, a adoção da Agenda 2030. Dados como este evidenciam que, para o setor cultural, os pressupostos que permeiam o trabalho e a iniciativa de grande parte das atividades, seja através de profissionais individuais, ONGs, instituições públicas ou privadas, estão alinhadas e comprometidas com os princípios dos ODS muito antes destes serem instituídos.

Os ODS na prática e no Paço

O exercício de identificar a relação das atividades desenvolvidas pelo Paço do Frevo com os ODS teve início em 2020, através da participação na pesquisa realizada pelo Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura (PoObs)¹³ durante o projeto “Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais e a Agenda 2030”. Para a etapa de mapeamento de projetos culturais enquadrados na Agenda 2030, foi aplicado um questionário *online* de registro de projetos. A partir de então, iniciou-se no Paço do Frevo um processo de reflexão mais denso acerca do como o projeto macro de gestão do museu se alinha à Agenda 2030, e como esse alinhamento se materializa nas ações e projetos desenhados para compor a programação regular.

Como resultado dessa reflexão destacaram-se iniciativas pontuais e regulares que compõem, por exemplo, a rotina de ativação de pautas relacionadas à igualdade de gênero, que permeiam as atividades do museu durante todo o ano e tem o seu ápice no mês de março onde a programação é composta exclusivamente por mulheres. Nesse mesmo sentido, outro exemplo de ativação e ativismo, agora de cunho político-ambiental, foi a intervenção realizada na fachada do Paço em outubro de 2019, diante do acidente que causou vazamento de óleo em grande parte do litoral do nordeste do Brasil. Esta ação foi sucedida pelo acolhimento de atividades da Conferência Brasileira de Mudança do Clima durante a semana nacional do meio ambiente.

¹³ Universidade do Minho, Portugal.



Figura 1: Intervenção “Nossa casa está manchada!”

Dando continuidade a reflexão sobre a atuação do Paço em diálogo com a Agenda, serão apresentados a seguir sete projetos, selecionados e registrados na pesquisa desenvolvida pelo PolObs, nos quais se propõe uma breve apresentação de como cada uma das iniciativas dialogam com os ODS e as respectivas metas. Esses projetos fazem parte das atividades educativas e culturais que compuseram a programação do Paço entre 2016 e 2020, sendo algumas delas realizadas desde a inauguração do Paço em 2014, fazendo parte das atividades que estruturam o plano museológico.

Observatório do Frevo

Este é um programa de interlocução, estudos e pesquisas integrante do Núcleo de Pesquisa e Documentação do Paço do Frevo, localizado no Centro de Documentação e Memória Maestro Guerra-Peixe. Sob uma perspectiva multidisciplinar, o programa do Observatório do Frevo promove diálogo, reflexão e difusão de conteúdos por parte de estudiosos, pesquisadores, profissionais, representantes de instituições de pesquisa e pessoas direta ou indiretamente envolvidas com o frevo e seu universo. Desde o segundo semestre de 2020 o Observatório tem sido realizado em uma versão digital e *online*,

possibilitando tanto o alcance de um público mais amplo quanto a participação de convidados de outras localidades e estados.

O principal objetivo que o Observatório traz em diálogo com a Agenda 2030 é o ODS 11, “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, a partir da meta 11.4 que almeja: “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”. Esse Objetivo, sobretudo através da meta 11.4, se configura como um dos principais desígnios do Paço do Frevo, e portanto transversaliza e norteia praticamente todas as ações e projetos do museu.

Hora do Frevo

É um projeto que consiste em apresentações musicais instrumentais, realizadas às sextas-feiras ao meio dia, que permitem a elaboração de releituras, a aproximação do frevo a outros gêneros musicais e garantem a criação de novos repertórios, ao mesmo tempo que se confirma como ação de salvaguarda do Frevo. A proposta pretende articular diferentes dimensões do setor cultural, na intersecção entre música e patrimônio, garantindo alcance e impacto nas esferas de criação, produção, difusão, divulgação e formação de públicos. O projeto Hora do Frevo visa pensar caminhos para atender as necessidades que transitam entre o estímulo à criação e o fazer artístico, passando também pela responsabilidade social e pela representatividade.

Ao analisar a abrangência do projeto, identificou-se esforços e uma atuação intensa em prol da igualdade de gênero, da redução das desigualdades no que tange às distinções raciais, do crescimento econômico sustentável, da promoção do turismo, e como é evidente, da salvaguarda do patrimônio cultural. Estas características são transversais aos ODS 5, 8, 10 e 11, desenvolvidos especificamente nas metas 5.c, 8.3, 8.9, 10.2 e 11.4.

Passo a Paço: Educação através do Frevo

O Programa visa contribuir com a formação de professores das áreas das artes e demais disciplinas, de gestores das redes pública e privada de ensino, bem como dos estudantes das licenciaturas, e surge da necessidade de aproximar cada vez mais o Paço do Frevo e a comunidade escolar. Considerando a importância de estreitar os diálogos

entre a educação formal e os processos educativos em seus mais variados contextos, o Programa tem como eixo norteador a permuta de conhecimentos, a potencialização de vivências, o intercâmbio de experiências e a articulação de professores da Rede Pública e Privada com o Núcleo Educativo do Paço do Frevo. A compreensão do diálogo entre Cultura Popular, Patrimônio e Educação nas Redes de Ensino é o eixo norteador deste programa, que tem como objetivo geral a implementação de ações de salvaguarda do Frevo e o fortalecimento dos diálogos entre a educação formal e o saber popular através da provocação, capacitação e atualização dos profissionais da educação.

Como programa diretamente ligado à salvaguarda do frevo, mas também à formação de professores, o projeto se faz presente nas metas 4.c e 11.4 dos ODS 4 e 11. Com a indicação de que até 2030 almeja-se “aumentar o contingente de professores qualificados”, a meta 4.c dialoga explicitamente com a proposta do Passo a Paço ao mesmo tempo que colabora para a proteção do frevo como patrimônio cultural.

Conexão Frevo

Este projeto surge a partir da articulação nacional e internacional para a realização de residências artísticas e intercâmbios culturais com outras expressões e patrimônios imateriais ao redor do mundo. Para além das articulações nacionais, já estiveram envolvidos no projeto, representações culturais de países como Argentina, Portugal, Estados Unidos e França. Normalmente estas ações são mediadas pelos consulados representantes de cada país.

Projetos como este consolidam a estratégia de que um plano de salvaguarda ganha força ao estabelecer uma proposta diversificada que contemple ações de fomento, fruição, troca, difusão e formação. O Conexão Frevo se confirma como parte dessa estratégia macro desenvolvida através da difusão do patrimônio para novos públicos e da sua capacidade de intercâmbio e troca cultural. A implementação do Conexão Frevo, portanto, está diretamente relacionada ao ODS 11 a partir da meta 11.4.

Arrastão do Frevo

Inscrito no Plano Museológico do Paço do Frevo como uma das ações permanentes que visam garantir a salvaguarda do Frevo, o Arrastão tem como

característica a irradiação extramuros da atuação do Paço. Sempre no primeiro domingo de cada mês, o programa convida uma agremiação do carnaval pernambucano para sair em cortejo pelas ruas do Bairro do Recife. Não apenas promovendo a dessazonalização do frevo, a iniciativa também se configura como um instrumento de fortalecimento da cadeia produtiva atrelada ao patrimônio uma vez que promove uma distribuição de recursos para a agremiação desfilante.

Os cortejos com orquestras promovem interação, integração e troca dos grupos com os diferentes públicos presentes, favorecendo com isso a instituição de espaços empáticos que implodem metaforicamente as paredes do Paço, que passa a existir na rua, e acolhendo a rua dentro do seu espaço físico, oferecendo entrada gratuita ao museu nos dias de desfile. É a partir desse movimento que mais uma vez a estratégia de proteção e salvaguarda se consolida na diversidade de ações propostas. Aqui, o fomento e a fruição confirmam o Arrastão como ação de manutenção e proteção do patrimônio, enquadrando-o na meta 11.4 do ODS 11.

Vivências de Dança

A vivência de dança se apresenta como ação educativa permanente para os públicos visitantes do Paço. Também inscrita no Plano Museológico da instituição, a vivência tem por objetivo promover a compreensão e o acesso ao patrimônio imaterial que é o Frevo através de uma experimentação corporal e sinestésica, investindo em uma metodologia que tem a inteligência do corpo como caminho para a construção de experiências e significações com os participantes, promovendo o cuidado com a saúde e o bem estar em uma interação lúdica. Assumindo o pilar da alegria como competência crucial para a efetivação de processos pedagógicos significativos, as vivências desenvolvem inteligências múltiplas como a interpessoal, intrapessoal, espacial-motora e musical, avivando o caráter festivo da manifestação popular e da brincadeira com pessoas de diferentes idades.

As práticas são direcionadas a todos os públicos, e se iniciam com uma curta aula de frevo a partir da experimentação de 10 passos básicos que, associados, possibilitam ao participante a elaboração e o exercício do improviso, respeitando as diversidades e singularidades dos corpos. A atividade visa desenvolver, através do frevo, processos

corporais estéticos, afetivos e perceptivos, promovendo o diálogo entre o popular e o contemporâneo a partir da valorização da diversidade cultural. É a partir desse projeto que o Paço materializa mais uma ação diretamente comprometida com a educação e que se alinha ao ODS 4 a partir da meta 4.7.

Ocupação Digital

Instituído como um espaço de diálogo com os agentes do frevo no sentido de trazê-los como produtores de conteúdos e da própria história e memória do frevo, o Ocupação se mostrou como uma potente ferramenta que potencializou as ações do Paço do Frevo para o espaço digital em meio à pandemia da Covid-19. Espaço de ocupação de artistas, agremiações, museus e instituições culturais nas mídias digitais do Paço do Frevo, a ação que teve periodicidade semanal entre março e novembro de 2020, além de contribuir para a ampliação do alcance das ações do Paço e do Frevo para públicos diversos, se mostrou como um indicador capaz de criar uma cartografia de uma fatia da comunidade do frevo, evocando para a instituição aspectos que se alinham com práticas da museologia social que destacam e visibilizam os discursos auto representativos dos sujeitos.

Diretamente relacionado à meta 11.4 do ODS 11, que visa a salvaguarda do patrimônio, o Ocupação Digital é uma ação de êxito, tanto no âmbito conceitual, onde atua em frentes diversificadas como a difusão, o estímulo à criação, o intercâmbio e a preservação, quanto no âmbito operacional, ao ser implementado em um formato virtual e à distância.

Conclusão

É possível perceber que o principal desafio que se apresenta hoje a instituições como o Paço do Frevo em relação à consecução dos ODS, reside não só no entrelaçamento destes objetivos com as ações promovidas internamente pelas instituições, mas também pela responsabilidade política, estratégica e agregadora da ONU na criação de condições para que estes objetivos sejam alcançados.

O que se observa, no entanto, são iniciativas individuais e individualizadas que caminham na mesma direção da Agenda, porém paralelas e em total desconhecimento do

documento. Em muitos casos, como mencionado anteriormente, essas iniciativas foram planejadas muito antes da Agenda ser adotada como referência para um comprometimento coletivo. Por outro lado, este olhar crítico e interno sobre as atividades desenvolvidas pelo Paço do Frevo e suas relações com a Agenda e os ODS, permitiram constatar que o percurso trilhado atualmente está cada vez mais difundido como práticas necessárias e urgentes, bem como a compreensão da gravidade do cenário enfrentado.

Ações como a Hora do Frevo e o Arrastão do Frevo, que otimizam a ocupação do espaço urbano e possibilitam o fomento ao turismo; ou como o Ocupação Digital e o Observatório do Frevo, que conseguem levar para o ambiente virtual as propostas de proteção do patrimônio cultural e de acesso à educação de qualidade, são excelentes exemplos de iniciativas que se relacionam com a Agenda 2030. Tais ações efetivamente não foram criadas a partir da Agenda, para atendê-la ou dar respostas a ela, mas trazem em si os mesmos princípios e elementos motivadores dos ODS.

De qualquer maneira, são muitos os objetivos e as potencialidades que a Agenda proporciona como ferramenta para instituições que carregam o compromisso com a democratização do acesso à cultura, à salvaguarda do patrimônio cultural, à ocupação sustentável do espaço urbano, entre outras atribuições. É necessário destacar ainda que os ODS não devem servir apenas como um *check-list*, mas sim atender a um bem maior que é a responsabilidade social das instituições e profissionais que se comprometem com eles. Ao considerar o quantitativo de 17 ODS e 169 metas da Agenda, fica evidente, sobretudo a partir dos projetos aqui apresentados, que a própria atuação do Paço do Frevo é um contributo que sozinho não dá conta de todas as necessidades da Agenda. É necessário entender que o esforço destinado ao cumprimento dos ODS precisa ser coletivo e contínuo, e que sua complementaridade deve ter sempre como norte o bem comum.

Referências

- A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Plataforma Agenda 2030**. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/sobre/>>. Acesso em 2 de abril de 2021.
- A INTEGRAÇÃO DOS ODS. **Plataforma Agenda 2030**. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/os_ods/>. Acesso em 2 de abril de 2021.

Cultura Acessível e Agenda 2030

Patricia Dorneles¹⁴

Resumo: No Brasil, há avanço gradual de iniciativas e o envolvimento de diferentes áreas para a efetivação da legislação da acessibilidade cultural para as pessoas com deficiência. A Agenda 2030 apresenta que 80% desta população no mundo vivem na pobreza. Dignificar o capital cultural da população mundial das pessoas com deficiência e erradicar a pobreza são fundamentais para a um mundo sustentável. De 1.560 projetos candidatos para participar das oficinas do “Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais e a Agenda 2030”, apenas 37 atuam na promoção da cidadania cultural da pessoa com deficiência. Este artigo se propõe a refletir sobre as questões do direito cultural das pessoas com deficiência e os desafios das políticas culturais para a promoção da cidadania cultural desta população a luz da Agenda 2030. Para isto apresenta o contexto sócio cultural das pessoas com deficiência e a Agenda 2030, algumas reflexões sobre política cultural para pessoas com deficiência no Brasil e os desafios da Agenda 2030 e um breve perfil dos projetos culturais que atuam com a pauta da acessibilidade cultural para pessoas com deficiência candidatas à participação nas oficinas da Agenda 2030 promovidas pelo POLObs. O objetivo de apresentar estas poucas iniciativas está na possibilidade de visualizar encontros possíveis entre as iniciativas e a Agenda 2030 a partir de diferentes experiências do campo cultural e qualificar reflexões sobre a importância do fomento cultural para as iniciativas culturais que envolvem esta população e seu papel para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: acessibilidade cultural, agenda 2030, pessoas com deficiência.

Introdução

O Laboratório de Arte, Cultura, Acessibilidade e Saúde – LACAS da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, criado em 2010 tem como principal objetivo desenvolver pesquisa, ensino e extensão, de forma indissociável, articulando conceitos e práticas, desenvolvendo conteúdos e reflexões em diálogos interdisciplinares entre as áreas de arte, cultura, acessibilidade e saúde. Há onze anos, no âmbito das políticas culturais, o LACAS tem se destacado pela contribuição através diferentes iniciativas que atuam para a promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência. No ano de 2019, o LACAS iniciou sua primeira parceria com o Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura – POLObs do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

¹⁴ Professora Associada do Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina- UFRJ. E-mail: patriciadorneles@medicina.ufrj.br

– CECS da Universidade do Minho. O LACAS articulou um grupo para participar da oficina “Tecer Redes Culturais a partir dos contextos Lusófono e Ibero-americano” desenvolvida pelo POLObs. O grupo participante foi formado por discentes da terceira turma do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural – CEAC, projeto desenvolvido pelo LACAS, e outros integrantes da Rede de Articulação, Fomento e Formação – RAFFACULT, da qual reúne discentes das turmas anteriores e colaboradores da formação do curso de pós graduação. A oficina aconteceu em maio de 2019, e entre outros objetivos já destaca a importância de convocar profissionais e futuros profissionais do setor cultural para participarem ativamente no processo de análise, reflexão e diálogo da Agenda 2030. Em 2020, o LACAS foi um articulador central para mobilizar outros pares como a Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro, através da Superintendência de Museus; bem como a participação do Grupo de Pesquisa Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF para a mobilização de participação de projetos culturais do estado do Rio de Janeiro nas oficinas do Projeto “Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais e a Agenda 2030”, oferecida pelo POLObs. Em um período de trinta dias para a articulação e mobilização, o estado do Rio de Janeiro chegou a 749 inscrições.

Com o objetivo de dar continuidade a contribuição do LACAS junto as políticas culturais, e avaliando a baixíssima participação de iniciativas culturais que atuam na promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência nas oficinas do Projeto “Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais e a Agenda 2030” desenvolvido pelo POLObs, este artigo se propõe a compartilhar uma breve reflexão sobre os desafios das políticas culturais em relação as pessoas com deficiência e a Agenda 2030. Tal reflexão é construída a partir do contexto sócio cultural das pessoas com deficiência, as pessoas com deficiência no contexto da Agenda 2030 e no perfil dos projetos culturais que atuam com pessoas com deficiência ou se propõe a promover acessibilidade para esta população no seu produto cultural que foram candidatas à participação nas oficinas promovidas pelo POLObs. Destaca-se que de 1.560 iniciativas inscritas no Brasil a serem selecionadas a participar das oficinas, somente 43 apresentam algum envolvimento com as pessoas com deficiência.

Breve contexto sócio cultural das pessoas com deficiência e a Agenda 2030

Os dados da qualidade de vida das pessoas com deficiência destacado na Agenda 2030 que cerca de 80% desta população no mundo vivem na pobreza. Desta forma, não se pode pensar um mundo sustentável sem erradicar a pobreza e dignificar o capital cultural da população mundial das pessoas com deficiência.

Segundo o Relatório Mundial sobre deficiência de 2011, a prevalência da deficiência nos países de renda mais baixa entre pessoas com idades de 60 anos ou mais, por exemplo, foi de 43,4%, se comparada a 29,5% nos países com renda mais elevada. No mesmo relatório, observa-se que em todos os países, grupos vulneráveis, como mulheres, pessoas no limiar de pobreza extrema, e idosos apresentaram incidências superiores de deficiência. Para todos esses grupos a taxa é superior nos países em desenvolvimento. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização das Nações Unidas (ONU), 87% das crianças com deficiência vivem nos países do Sul e somente 20-30% delas vão à escola. 400 milhões de pessoas com deficiência vivem nos países em vias de desenvolvimento.

No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2010 retratam uma estreita relação entre deficiência, pobreza e precárias condições de vida. Na população de 15 anos ou mais de idade com pelo menos uma deficiência investigada, verificou-se que: 61,10 % não tem instrução nenhuma ou possui o ensino fundamental incompleto, 14,20% tem fundamental completo e médio incompleto, 17,70% tem ensino médio completo e superior incompleto, 6,70% tem superior completo e 0,40% indeterminado.

A baixa escolaridade e a precariedade de vida desta população são uma preocupação para a Organização das Nações Unidas – ONU. É urgente que possamos romper com a existência do círculo vicioso entre a pobreza e a deficiência. As pessoas pobres têm maior risco de adquirir uma deficiência devido à falta de acesso à boa alimentação, aos serviços de saúde, saneamento, etc. A deficiência tem levado a barreiras à educação, ao emprego, e aos serviços públicos que poderiam contribuir a tirar as pessoas com deficiência da pobreza.

Neste sentido assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade (ODS4) é um objetivo fundamental, mas acabar com a pobreza (ODS 1), acabar com a fome (ODS

2), assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos (ODS 3), alcançar a igualdade de gênero (ODS 5), reduzir a desigualdade dentro dos países (ODS 10), tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos (ODS 11), promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável (ODS 16), potencializam a qualidade de vida das pessoas com deficiência. No âmbito da saúde e bem-estar evitam que pessoas pobres sejam acometidas pelo desenvolvimento de doenças e deficiências. Em relação as questões de gênero, conforme os dados apresentados, fortalecem-se as oportunidades das mulheres se apresentam maior numero na população de pessoas com deficiência. Produzir sociedade pacíficas reduz a violência que é um dos grandes fatores de causas de deficiências.

Política cultural para pessoas com deficiência no Brasil e os desafios da Agenda 2030

Quando nos debruçarmos sobre a Agenda 2030 e a cidadania cultural das pessoas com deficiência somos provocados a refletir sobre a responsabilidade do gestor cultural em efetivar a legislação do direito cultural das pessoas com deficiência. No Brasil, no âmbito das políticas públicas culturais, embora há certa disparidade entre o que diz a lei e a prática, observa-se desde 2013 um significativo avanço de institucionalização de uma política cultural comprometida com as questões de acessibilidade, principalmente nos produtos culturais.

A legislação brasileira mostra-se, de certa forma, abrangente na garantia dos direitos culturais da pessoa com deficiência. O tema está presente em diversos dispositivos constitucionais e legais, mas os desafios atuais da qualificação e fortalecimento da pauta junto às políticas públicas exige um esforço intersetorial (DORNELES, CARVALHO, MEFANO, 2019).

Atualmente, observa-se que a Lei Brasileira de Inclusão – LBI tem sido aplicada nas iniciativas do setor cultural público e privado no Brasil. Mas no que diz respeito a política pública de cultura no Brasil, estas ações são provocadas a partir de 2008 com a realização da Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Pessoas com Deficiência – “Nada sobre Nós sem Nós”. A oficina que teve como principal objetivo construir ações e diretrizes de políticas culturais para esta população. Como um de seus resultados, publicou uma a nota técnica nº 001/ 2009 que apresentou: a necessidade de

incorporação da política de acessibilidade na Lei Rouanet, nos sites e editais do MinC de forma geral; a importância da implementação de uma política de livro acessível; a incorporação da acessibilidade nas produções culturais do órgão e o diálogo com os outros ministérios para ampliar a articulação interinstitucional para a implementação das políticas de fomento, difusão, patrimônio e acessibilidade junto às produções estéticas e artísticas das pessoas com deficiência. Percebeu-se também a necessidade de ampliar o conceito de acessibilidade cultural até então utilizado pelo MinC que se reduzia a perspectiva de gratuidade e de valores acessíveis para espetáculos e outros produtos culturais beneficiados pela Lei Rouanet. Assim, se torna função do MinC a partir da oficina, o compromisso de orientar e fomentar a aplicabilidade de acessibilidade cultural nas políticas e gestões públicas culturais, no que diz respeito ao direito de fruição estética, ampliando os formatos de acessibilidade dos diversos produtos culturais.

A partir da oficina, registraram-se novas iniciativas do MinC em relação a acessibilidade cultural. Entre 2010 até 2015 observa-se um envolvimento ampliado embora ainda tímido de diferentes secretarias do antigo MinC com a pauta da acessibilidade cultural. Com o aumento da participação das pessoas com deficiência e suas pautas nas últimas conferências nacionais de cultura, ampliou-se a visibilidade e o fomento de iniciativas que visam institucionalizar o direito a acessibilidade cultural das pessoas com deficiência no Brasil. (DORNELES, CARVALHO, CARDOSO, ALVES, PELOSY 2020). A meta 29 do Plano Nacional de Cultura¹⁵ e as metas 3.18 e 3.11 da III Conferência Nacional de Cultura se destacam como orientações para qualificar a promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência e o compromisso das políticas públicas culturais.

Atualmente, entre tantas resistências que tem se feito necessárias ao contexto da política pública brasileira no âmbito das políticas culturais de modo geral, bem como um retrocesso para as políticas ligadas as pessoas com deficiência para pessoas com deficiência, tem sido fundamental garantir as iniciativas até então consolidadas, atuar para qualificá-las, trabalhar para ampliar em escalas territoriais e exigir o cumprimento das orientações das políticas culturais vigentes e a LBI.

¹⁵ Cabe destacar que presidente Jair Bolsonaro, prorrogou o PNC para mais dois anos, já que o mesmo se encerraria em dezembro de 2020.

Uma das preocupações apresentadas em relação a pessoa com deficiência na Agenda 2030 é a educação inclusiva e equitativa e de qualidade. A ODS4, parece ser a meta da Agenda 2030 que inicialmente se apresenta como uma porta de entrada à pauta da cultura para pessoas com deficiência. Como já destacado anteriormente, se faz necessário uma ação intersetorial para romper com o círculo vicioso entre pobreza e deficiência. Assim, nos parece ser imprescindível o investimento em ações e políticas culturais nas zonas de vulnerabilidade social que incluam recursos para a promoção da acessibilidade cultural das pessoas com deficiência. Taís ações devem incluir desde iniciativas de difusão/circulação cultural, bem como fomento e investimento de ações educativas em ambientes não formais, e a articulação de estratégias e programas entre a educação não formal e formal no âmbito das artes e da cultura, ampliando a rede de educabilidade no território sócio comunitário para a promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência.

Como já apresentado em oportunidades anteriores, destacamos a importância de capacitar equipes de projetos semelhantes como Pontos de Cultura ou de base comunitária. Estas iniciativas de educação não formal têm demonstrado uma alternativa significativa de democratização, acesso e produção cultural. Uma porta de entrada ao universo da criação artística, de identidade territorial, de promoção de subjetividades coletivas e outros agenciamentos do comum, ampliando o espírito colaborativo e a promoção de inclusão, vida em diversidade, cidadania cultural e a busca de equidade (DORNELES 2011). Desta forma, iniciativas culturais de base comunitária podem ser a primeira oportunidade de convivência sócio cultural de pessoas com deficiência que vivem na linha da pobreza e em situações de vulnerabilidade social.

Um dos principais desafios que encontramos nas iniciativas culturais acessíveis é uma baixa representatividade de participação da população com deficiência. É comum ouvirmos críticas de gestores e produtores culturais que investem nos recursos de acessibilidade em seus projetos devido as normativas das legislações conquistadas que apontam a obrigatoriedade do uso dos recursos e de outras dimensões de acessibilidade para qualificar o acesso das pessoas com deficiência ao seu direito cultural, entre outros. Se faz importante compreender que esta baixa participação desta população nos ambientes e em diferentes projetos culturais acessíveis representam, antes de tudo, um

processo histórico de exclusão e segregação desta população a vida social e a estes ambientes, o baixo nível de escolaridade desta população e suas condições de vida e uma tradição elitista do mundo da cultura e da arte que nos últimos anos vem sendo repensado, principalmente no âmbito da gestão cultural, com o objetivo de democratizar o acesso e ampliar o conceito de cultura valorizando a diversidade cultural e todas as manifestações artísticas e de identidade que podem surgir a partir destas novas concepções. Uma grande aliada para vencer este desafio, e qualificar a formação de público e plateia, como sabemos, é a educação.

Tradicionalmente, é através de diferentes iniciativas da educação formal que a maioria das crianças e jovens acessam pela primeira vez espaços culturais dos diferentes tipos: museus, centros culturais, teatro, salas de exposição das artes visuais, cinemas, entre outros. Embora, como também temos conhecimento, o quão frágil estas iniciativas se parecem, ainda é a escola a primeira aliada para a formação de público e plateia. Apesar do pouco investimento público que fragilizam com que estas iniciativas ocorram de forma permanente, tem-se observado que nos últimos anos, principalmente nas instituições culturais com grande capacidade de captação de recursos, um investimento maior em suas ações educativas. Este investimento tem favorecido um diálogo entre a educação formal e não formal e a presença de crianças e jovens nos diferentes eventos que estas instituições promovem. No âmbito da realização das atividades educativas nestes ambientes culturais observa-se uma maior preocupação com a capacitação dos professores visitantes para qualificar a experiência da vivência cultural e estética durante e após suas atividades com os alunos. Ainda em uma pequena escala no contexto dos espaços culturais no país, encontramos algumas iniciativas de ação educativa comprometidas em buscar soluções para a promoção de acessibilidade cultural para pessoas com deficiência. Quanto mais ampliarmos as ações entre as iniciativas de educação formal e não formal articuladas com os as ações educativas dos espaços culturais que proporcionam acessibilidade cultural para pessoas com deficiência, menos veremos crianças e jovens com deficiência excluídos de atividades escolares deste formato, porque o espaço e o ambiente cultural não sabe recebe-lo.

Com o objetivo de atender ODS 4 da Agenda 2030 e um dos principais desafios que tem se apresentado no âmbito das políticas culturais como a formação de público e

plateia de pessoas com deficiência, torna-se urgente que nos cursos de licenciaturas e nos bacharelados em artes seja incluída disciplinas que promovam o conhecimento sobre a acessibilidade cultural das pessoas com deficiência. Conforme o Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020 (UNESCO 2020) aponta que uma das principais barreiras à inclusão na educação é não acreditar que ela é possível e desejável. “Em 2018, um em cada três professores de 43 países, a maioria com renda média-alta e alta, relatou que não adapta seu ensino à diversidade cultural dos estudantes” (p.8).

Como já apresentado em reflexões anteriores DORNELES, CARVALHO, CHAVES, MEFANO, 2018), para avançarmos sobre o direito cultural da pessoa com deficiência se faz necessário ampliar o número de professores de arte-educação capazes de desenvolver suas atividades com conhecimento de instrumentos e metodologias de mediação acessível para as pessoas com deficiência. Permitindo assim o processo de aprendizado em convivência e diversidade. Do mesmo modo, é importante que o artista desenvolva o seu trabalho artístico com recursos de acessibilidade tornando a sua obra universal, com acesso a todas as pessoas, indiferente de sua condição social ou se é uma pessoa com deficiência ou não.

As questões sobre a formação dos diferentes atores do âmbito das artes e das políticas culturais tem sido uma pauta relevante para qualificar a promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência. Assim, a capacitação sobre as questões que envolvem a acessibilidade cultural para as pessoas com deficiência é uma das estratégias mais significativas que deve envolver os gestores e suas políticas culturais. É através da promoção ao consumo cultural e ao seu direito a produção de bens culturais que as políticas culturais atuam para ampliar e qualificar o capital cultural desta população. Como já exposto acima é preciso compreender que educação inclusiva, não se faz somente na escola. Ambientes de educação não formal devem atuar na perspectiva de uma proposta educacional inclusiva contribuindo à promoção da educabilidade. Do mesmo modo, que é bom importante qualificarmos a formação de público desta população e presença delas no espaços e projetos culturais, se faz urgente o investimento das políticas culturais na qualificação, fomento e difusão de artistas com deficiência.

A agenda 2030 também aponta a importância de promover o crescimento econômico inclusivo - ODS8. Assim, é preciso sensibilizar gestores de cultura que

incluam pessoas com deficiência em suas equipes. Para quem atua na pauta da acessibilidade cultural sabe que o melhor consultor e mediador para as ações de acessibilidade cultural nos ambientes e projetos culturais são as pessoas com deficiência. É urgente que os gestores de cultura proporcionem capacitações e formações para qualificar a participação das pessoas com deficiência junto as políticas e programas culturais. Se faz necessário ainda repensar sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência aos prédios históricos tombados. Há inúmeras maneiras de acessibilizar e proporcionar o direito sócio cultural das pessoas com deficiência construindo estratégias arquitetônicas que dialogam entre a arquitetura moderna e a arquitetura que representa também um tempo histórico de higienização, reclusão e invisibilidade desta população. Só assim, atenderemos a meta 11.7 do objetivo 11 da agenda 2030. Que a agenda 2030 amplie o compromisso dos gestores culturais com o modelo social da deficiência e sua luta legitimada desta população respeitando o tema “Nada sobre nós sem nós”.

Breve perfil dos projetos culturais que atuam com a pauta da acessibilidade cultural com pessoas com deficiência candidatas à participação nas oficinas da Agenda 2030 promovidas pelo POLObs

A mobilização para a participação nas oficinas do Projeto “Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais e a Agenda 2030, oferecida pelo POLObs aconteceu através de diferentes redes sociais articuladas por instituições ou indivíduos parceiros, localizados por estados da federação brasileira. O questionário de inscrição circulou em diferentes meios e mesmo alguns estados que não se tinham os mobilizadores locais, tiveram inscrições. Na verdade, a tarefa dos mobilizadores inicialmente foi difundir a inscrição de forma geral tentando agregar o maior número possível de inscritos. Após esta primeira fase, os articuladores estaduais selecionaram os projetos participantes das oficinas.

Com o objetivo de compreender o universo de iniciativas que atuam na pauta da acessibilidade cultural para pessoas com deficiência e que se candidataram para participar das oficinas da Agenda 2030, buscamos na plataforma de dados do POLObs o perfil de cada iniciativa e de que forma elas se identificavam com as metas da Agenda 2030. Como apresentado anteriormente, dos 1560 projetos brasileiros catalogados pela pesquisa

apenas 37 mencionam ações, objetos ou objetivos relacionados a pessoas com deficiência em sua descrição.

Destes 37 projetos, 67,56% estão classificados na ODS 4, item que aborda a questão da “Educação de Qualidade” e utiliza os termos “educação inclusiva” e “equitativa” em sua descrição fazendo aproximação com o campo da pessoa com deficiência. Os demais projetos estão distribuídos em 13,51% na ODS 16, 8,11% na ODS 11, 2,7% na ODS 3, 2,7% na ODS 8, 2,7% na ODS 10 e 2,7% na ODS 17.

Com relação a categoria “Função Cultural do Projeto” o item mostra 25 projetos classificados no descritor “educação” atingindo 67,57% dos projetos inscritos. Criação, Difusão/Marketing e Produção/Divulgação computam 10,8% cada.

No que se refere ao item “Domínio Principal do Projeto”, observou-se que ‘Áudio visual e multimídia’ é categoria que mais relatada com 27,03%, seguido de ‘arte do espetáculo’ com 21,62%, ‘interdisciplinar’ com 18,92% e ‘livros e publicações’ com 10,81%. As categorias ‘arquivos’, ‘artes visuais’, ‘bibliotecas’ e ‘patrimônio cultural’ tiveram 5,41% cada.

Os projetos identificados com a ODS 4 são na sua maioria envolvidos com a política de livro e leitura - bibliotecas que acessibilizam obras através de diferentes iniciativas para a promoção de leitura inclusiva. Cursos de capacitação com recursos de acessibilidade para a população com deficiência com conteúdo identificados com história e patrimônio numa perspectiva de uso escolar, mostras e eventos culturais que são desenvolvidos com os recursos de acessibilidade, iniciativas artísticas de espetáculos com a participação da pessoa com deficiência, entre outros. Entre as metas apresentadas pelas iniciativas encontram-se os seguintes desafios até 2030: construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e à igualdade de gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos (4.a); garantir que todas as meninas e meninos completam o ensino primário e secundário que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, e que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes (4.1.); aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo (4.4); eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a

igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade (4.5) e garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e da não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (4.7).

Na ODS 3, que trata de garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, encontramos um projeto que atua para produzir conteúdo através de diferentes dispositivos políticos, estéticos, artísticos e culturais para a comunidade surda e comunidade LGBTQIA+. O projeto aponta a meta 3.7 que busca assegurar até 2030 o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

Uma curiosidade é um projeto que se propõe a ser realizado em duas cidades e se registrou em cada uma delas identificados com ODS diferentes. Tal projeto tem como objetivo realizar mostra artística que prioriza a difusão da produção artística de pessoas com deficiência em diversas áreas: teatro, dança, audiovisual, entre outros. Na cidade de médio porte, onde será realizado, o projeto foi cadastrado identificado com a ODS 8, que tem como objetivo promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos, encontramos apenas um projeto que trata. Esta iniciativa se identificou com a meta 8.5. que se propõe até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor. O mesmo projeto quando cadastrado a ser desenvolvido em uma cidade de grande porte identificou-se com a ODS 10 que trata de reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países e com a meta 10.2. que se propõe até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Os projetos identificados com a ODS 11 atuam na promoção e capacitação para a criação e produção de teatro acessível, realização de festival de teatro acessível e a produção de exposição coletiva multissensorial concebida segundo os princípios do desenho universal e com a participação das pessoas com e sem deficiência como curadoras quanto como artistas, mediadoras e fruidoras. A ODS 11 trata de tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Tais projetos identificaram-se com a meta 11.7. que trata de até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Os projetos que se identificaram com a ODS 16 e a meta 16.7 se apresentam com propostas desde atividades criativas e artísticas, como a execução de um desfile de moda de roupas de brechó a ser realizado para arrecadação de recursos para a produção de livros em braille para uma biblioteca, como iniciativas de promoção de acessibilidade e inclusão de pessoas em espaço museal. A ODS 16 tem como objetivo promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis. A meta 16.7 trata de garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

Ainda identificados com a ODS 16 encontramos um projeto de cineclube que atua na pauta da diversidade de gênero, mas que se somam as outras lutas das minorias como as pessoas com deficiência. Este projeto se identificou com a meta 16.1 que se propõe a reduzir significativamente até 2030 todas as formas de violência e as taxas de mortalidade com ela relacionadas, em todos os lugares. Um outro projeto identificado com a ODS 16 e o de produção de uma mostra de cinema acessível com reconhecimento internacional que se identificou com a meta 16.10. Tal meta trata de assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais. Uma última iniciativa identificada com a ODS 16 se propõe a fortalecer a política de livro e leitura acessível através da produção de acessibilidade em diferentes formatos em livros e realiza encontros com autores e o público de pessoas com deficiência. Esta proposta que se identificou com a meta 16.3.

que trata de promover o Estado de Direito, ao nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.

Finalizamos registrando um projeto identificado na ODS 17. Tal projeto se propõe a criação de um boletim anual com todas as notícias do ano produzida em braille a fim de acessibilizar notícias e outros acontecimentos importantes. A ODS 17 nos apresenta como objetivo a importância de reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável. A meta 17.16 foi a escolhida pela iniciativa e aponta as parcerias multissetoriais - Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e partilhem conhecimento, perícia, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento

Considerações finais

Provocar reflexões sobre o direito cultural das pessoas com deficiência, os desafios da promoção da acessibilidade cultural e da cidadania cultural junto as políticas culturais é sempre muito pertinente. O tema é pouco debatido, há muito que se avançar, e as iniciativas culturais acessíveis ainda são muito raras, apesar dos avanços e conquistas dos últimos anos. Abordar, ainda que brevemente o contexto sócio cultural das pessoas com deficiência e a Agenda 2030 nos auxilia a compreender o universo desta população e as provocações que a agenda nos coloca em questão para inclui-las na perspectiva do caminho do desenvolvimento sustentável. Promover uma relação sobre a política cultural para pessoas com deficiência no Brasil e os desafios da Agenda 2030 nos implica em amadurecer o compromisso das políticas culturais com e para as pessoas com deficiência. Ao compartilharmos um breve perfil dos projetos culturais que atuam com a pauta da acessibilidade cultural com pessoas com deficiência candidatas à participação nas oficinas da Agenda 2030 promovidas pelo POLObs nos demonstrou a disparidade quantitativa de projetos que atuam comprometidos com a população com deficiência no Brasil e a diversidade dos mesmos na relação de identidade com os ODS e suas respectivas metas. Em nenhum momento, esta sistematização teve como preocupação avaliar as possibilidades concretas entre as iniciativas culturais e suas relações com as

ODS e suas respectivas metas. O objetivo maior foi visualizar como elas acabaram se identificando com as ODS e as metas a partir do preenchimento do questionário. Esta breve reflexão sobre a pauta da cidadania cultural das pessoas com deficiência e a Agenda 2030 não se encerra por aqui. Assim como não se encerra a crítica e as estratégias de resistência a atual conjuntura política do país que tem retrocedido tanto na gestão pública das políticas culturais bem como nas políticas públicas relacionadas as pessoas com deficiência. Que a Agenda 2030 nos auxilie a orientar novos caminhos de desenvolvimento de políticas e programas culturais atuando na perspectiva de um mundo sustentável. Do mesmo modo, que a cultura seja reconhecida na Agenda 2030 como um vetor importante para o desenvolvimento sustentável, assim como tem demonstrado a experiência do Projeto “Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais e a Agenda 2030 desenvolvido pelo POLObs.

Referências

- BRASIL, CENSO DEMOGRÁFICO 2010. IBGE Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.
- _____. - Plano Nacional de Cultura. Ministério do Turismo/Secretaria Especial da Cultura. <http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/29/>. Acessado em 30 de março de 2019.
- DORNELES, Patricia Silva. Identidades inventivas: territorialidades nas redes Cultura Viva da Região Sul. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Brasil, 2011
- DORNELES, Patricia. Silva.; CARVALHO, Claudia Reinoso Araújo de; SILVA, Ana Cecília CHAVES; MEFANO, Vânia. (2018). Do direito cultural das pessoas com deficiência. Revista de Políticas Públicas da UFMA, v. 22, p. 138,
- DORNELES, Patricia. Silva; CARVALHO, Claudia Reinoso Araújo de; MEFANO, Vânia. (2019). Breve histórico da acessibilidade nas políticas culturais no Brasil. Anais do XV ENECULT. Salvador.
- DORNELES, Patricia. Silva, CARVALHO, Claudia Reinoso; CARDOSO, Eduardo; ALVES, Jeferson Fernandes, PELOSI, Miryam Bonaudi (2020) Cidadania

Cultural, tecnologia assistiva e pessoas com deficiência. PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Niterói/RJ. Ano 10, n 19, p.91-117.

UNESCO. 2020. Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: Inclusão e educação para todos. Paris, UNESCO.

CULTURA E DESENVOLVIMENTO [POLOBS]: A EXPERIÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

Simonne Teixeira¹⁶
Aline dos Santos Portilho¹⁷

Resumo: A pandemia de covid-19 obrigou-nos a muitas adaptações para dar continuidade às ações propostas para 2020. Mesmo diante de todas as dificuldades do ambiente virtual, a realização das oficinas contou com metodologia que foi bem sucedida em engajar os oficinantes nas aulas a todo momento. Isto fez com que eles assumissem uma postura ativa no processo de dinamização do conteúdo e trouxessem para sua prática a aplicação dos princípios dos ODS associados ao trabalho no campo da Cultura. Pretendemos nessa apresentação explorar as possibilidades de construção coletiva de projetos culturais articulados à Agenda 2030 a partir da dinâmica estabelecida nas oficinas do projeto “Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais e a Agenda 2030.”

Palavras-chave: Projetos Culturais, Agenda 2030, estado do Rio de Janeiro

No ano de 2020, surpreendidos pela pandemia de covid-19, que em poucos meses transformou rotinas e precarizou ainda mais a vida ao redor do mundo, fomos colocados diante da necessidade de não promover encontros presenciais como forma de minimizar os impactos da transmissão do coronavírus e preservar vidas. Fomos todos, nas diversas esferas da vida social, instados a traçar estratégias para manter planejamentos e adaptar as ações para o uso de instrumentos tecnológicos de interação e comunicação disponíveis. Foi necessário escalonar desejos e expectativas a partir de uma temporalidade que suspendeu as práticas sociais mais comuns de maneira abrupta.

Esse fenômeno ocorre em um período histórico bastante peculiar. Acompanhando Albino Rubim, entender esse período requer “a compreensão da contemporaneidade como uma sociedade estruturada e ambientada pela comunicação como uma verdadeira ‘Idade da mídia’, em suas profundas ressonâncias sobre a sociabilidade contemporânea em seus diversos campos” (Rubim, 2011, p. 6). A pandemia de covid-19 potencializou o uso destes recursos midiáticos para a interação social, produzindo sociabilidades

¹⁶ Docente da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/UENF onde participa dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Ciências Naturais e coordena o Grupo de Pesquisa CNPq – Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural. E-mail: simonne@uenf.br.

¹⁷ Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro / UENF. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq – Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural. E-mail: asportilho@gmail.com.

intensamente mediadas pela tecnologia da informação e comunicação. Para os sujeitos que se colocaram em disputa pela construção de ações e políticas para a cultura nesse período, estabeleceu-se o desafio de como construir redes integralmente mediada pela TIC para realizações referenciadas em territórios concretos cujas interações muitas vezes escapavam a esses instrumentos. Além disso, foram colocados a realizar projeções com diversos níveis de incerteza (quando será possível realizar ações presenciais; se haverá subsídios para realização dos projetos).

Outro aspecto fundamental para compreender as dinâmicas sociais da contemporaneidade são os aspectos da multiculturalidade e da hibridização. Para compreender essas noções, lançamos mão do que estabeleceram Stuart Hall e Nestor Garcia-Canclini. Refletindo sobre o multiculturalismo, Stuart Hall o diferencia do termo de multicultural que, segundo o autor, “descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida comum, ao mesmo tempo que retêm algo de sua identidade ‘original’.” (Hall, 2013, p. 57) Hall ocupa-se de compreender a noção de multiculturalismo, afirmando:

em contrapartida, o termo ‘multiculturalismo’ é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. É usualmente utilizado no singular significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta as estratégias multiculturais. (Hall, 2013, p. 57)

Com ênfase em outro aspecto da vida social, as ações que sujeitos realizam na vida social, Nestor Garcia-Canclini se dedica a investigar os hibridismos culturais. Para o autor:

entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Cabe esclarecer que as estruturas chamadas discretas foram resultado de hibridações, razão pela qual não podem ser consideradas fontes puras. (Canclini, 2015, p. XIX)

Garcia-Canclini propõe ainda que os hibridismos são “o que torna possível que a multiculturalidade evite o que tem de segregação e se converta em interculturalidade”. (Canclini, 2015, p. XXVII)

As oficinas do projeto "Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais e a Agenda 2030", programadas para acontecerem presencialmente no Brasil naquele ano, precisaram se adaptar. Foi preciso lançar mão de estratégias para garantir a abrangência territorial e a diversidade cultural dos participantes da oficina. Além disso, foi necessário considerar dinâmicas específicas para o engajamento dos participantes e a promoção de suas articulações para a elaboração coletiva de projetos que integrassem a Agenda 2030 às ações culturais. Este processo se pretende analisar nesta comunicação, descrevendo os desafios e alcances da proposta desde a seleção dos participantes da oficina realizada no Rio de Janeiro até a elaboração das propostas finais.

Equilíbrio territorial e diversidade temática na seleção para a oficina do Rio de Janeiro

Convidado a colaborar no andamento do projeto "Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais e a Agenda 2030", proposto pelo Observatório de Políticas de Ciências, Comunicação e Cultura da Universidade do Minho, o Grupo de Pesquisa CNPq - Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, situada na cidade de Campos dos Goytacazes, interior fluminense, procurou enfatizar a importância de atrair projetos de todas as partes do Estado do Rio de Janeiro. A equipe de colaboradores do projeto, reunia também o Laboratório de Arte, Cultura e Acessibilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Superintendência de Museus da Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, ambas instituições sediadas na capital.

De um modo geral e, confirmada com a chamada para participar no mapeamento inicial, a capital concentra uma grande demanda, amplamente dilatada quando se considera a área metropolitana, inviabilizando os projetos e ações culturais que ocorrem no interior do Estado. Como residentes do interior do estado, sabemos que há uma produção cultural expressiva, mas pouco reconhecida nos outros 91 municípios que conformam o Estado do Rio de Janeiro.

Depois de realizar uma ampla divulgação da chamada para o mapeamento, tomamos como referencial territorial para o processo de seleção a divisão de mesorregiões do IBGE¹⁸. procedemos a uma partição das regiões, entre os sete membros da equipe¹⁹, considerando alguns itens: número de municípios alcançados em cada mesorregião; número de projetos por município; ODS principal indicado no formulário; a diversidade temática e social dos projetos inscritos, entre outros. A construção da metodologia de análise das 749 inscrições para o estado do Rio de Janeiro foi objeto de amplo debate no grupo para manter o objetivo de equilibrar o número de projetos entre capital/metrópole e interior, levando em conta a diversidade de linguagens e de ODS elencados.

Divisão dos projetos por mesorregião do estado do Rio de Janeiro		
Mesorregião	Nº. absoluto	%
Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro - RJ	631	84,25%
Mesorregião Noroeste Fluminense	7	0,93%
Mesorregião Norte Fluminense	19	2,53%
Mesorregião Centro Fluminense	14	1,87%
Mesorregião da Baixadas Litorâneas	37	4,94%
Mesorregião Sul Fluminense	41	5,48%
Total de inscrições	749	100%

Como pode ser observado na tabela acima, é significativamente maior a participação da região Metropolitana do Rio de Janeiro (84,25%) que está conformada por cinco microrregiões que abrangem 30 municípios. Claro está que, é a mesorregião que reúne o maior número (36,6 %) de municípios e também os mais populosos com aproximadamente 14 milhões de habitantes²⁰. No entanto estes números se melhores apurados, demonstram que somente a microrregião do Rio de Janeiro, reúne 92,87% das inscrições.

¹⁸ https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregiões_e_microrregiões_do_Rio_de_Janeiro

¹⁹ Aline dos Santos Portilho, Beatriz Barcellos, Geovana Tabachi Silva, Patrícia Dorneles, Rômulo Morgado, Ronaldo Vicente Guimarães Filho e Simonne Teixeira.

²⁰ População estimada 17.366.189 habitantes. IBGE. Estimativas de População, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>.

Divisão dos projetos da mesorregião Metropolitana (RM – RJ)			
Mesorregião		Nº. absoluto	%
Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro - RJ	RM-RJ Todas Microrregiões	631	100%
	RM - RJ Todas Microrregiões exceto a Microrregião do Rio de Janeiro	45	7,13%
	RM - RJ Microrregião do Rio de Janeiro sem a capital	158	25,04%
	RM - RJ Capital	428	67,83%

Estes números certamente explicam onde se concentra o maior número de inscritos, mas também evidenciam uma profunda desigualdade no interior do estado. Dados como este já foram plenamente identificados pelo Sistema de Informações e Indicadores Culturais (IBGE), onde se observou uma maior concentração de equipamentos culturais²¹ nas regiões sudeste e sul e ainda uma diferença expressiva entre as capitais e o interior dos estados. Note-se que neste caso estamos tratando de um dos mais importantes estados da federação e que por sua trajetória histórica reúne importes equipamentos culturais. Vale lembrar que essa desigualdade no acesso à cultura se relaciona ainda à cor, sendo maior a concentração de equipamentos culturais onde a maioria da população é branca (IBGE, 2019).

Outro desafio era o de contemplar de forma equilibrada os ODS, que também apresentavam grande disparidade. O ODS 4²², foi o mais escolhido (36,7%) pelos proponentes. Outros no entanto apenas foram lembrados, como o ODS 6²³ (0,53%) e ODS 7²⁴ (0,66%).

²¹ Para fins deste trabalho consideramos os quatro grupos de equipamentos culturais, estabelecidos pelo IDECULT: equipamentos culturais tradicionais, Equipamentos de lazer, equipamentos privados de distribuição de bens culturais e cinema e audiovisual (IDECULT, 2010:63). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6495, em 06/04/2021.

²² ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

²³ ODS 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

²⁴ ODS 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos.

ODS	Nº. De propostas
01	15
02	12
03	35
04	275
05	68
06	04
07	05
08	65
09	11
10	40
11	76
12	18
13	08
14	07
15	23
16	72
17	15
Total	749

Esta equação – contemplar de modo ponderado as disparidades estaduais e os ODS – mobilizou o grupo, sempre preocupado em acolher de forma equilibrada as propostas. O desafio estava colocado: escolher 30 propostas diante de um universo tão amplo e interessante. Por fim chegamos aos 30 projetos distribuídos da seguinte maneira:

Resultado dos 30 projetos escolhidos		
Mesorregião	No. de projetos	ODS
Mesorregião Noroeste Fluminense	02	ODS 4 ODS8
Mesorregião Norte Fluminense	02	ODS 11 ODS12
Mesorregião Centro Fluminense	02	ODS 4

			ODS 10
Mesorregião da Baixadas Litorâneas	02		ODS 10 ODS 14
Mesorregião Sul Fluminense	02		ODS 4
Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro - RJ	MR RJ sem a capital	04	ODS 4 ODS 10 ODS 13 ODS 15
	Capital	10	Todos exceto ODS 13

Este resultado nos pareceu bastante proporcional tanto em relação ao território, quanto ao espectro de ODS. Uma última tabela apresenta o resultado da seleção segundo o Domínio e Função Cultural principal dos projetos. Nominamos aqui apenas os domínios que aparecem no resultado final. Com o objetivo de elucidar os dados finais, indicamos os números absolutos destes itens nas inscrições. Importante destacar que os domínios selecionados representam aqueles mais expressivos, tendo ficado de fora os domínios relativos à arquitetura, arquivo e publicidade que juntos tiveram apenas 14 inscrições.

Domínio Cultural		
	Nº. projetos selecionados	Total nº. projetos
Artes do Espetáculo	09	171
Artes Visuais	02	86
Audiovisual/Multimídia	02	106
Bibliotecas	01	18
Interdisciplinaridade	06	176
Livros e Publicações	03	46
Patrimônio Cultural	07	126
Não classificados	-	14
Total	30	749

Função Cultural		
	Nº. projetos selecionados	Total nº. projetos
Criação	04	150
Difusão/Marketing	02	31
Educação	12	276
Gestão e Regulação	01	17
Preservação/Conservação	05	90
Produção Divulgação	06	185
Total	30	749

Com estes dados acreditamos que aqui também tenhamos alcançado um equilíbrio com relação à diversidade temática e social.

Contexto geográfico, principais necessidades e ODS articulados nos projetos elaborados na oficina

O método proposto para a seleção dos participantes da oficina no Rio de Janeiro produziu uma turma diversificada regional, social e culturalmente. Iniciada a oficina, constou como parte do método elaborar, em grupos, novos projetos culturais a partir dos temas abordados. No total, foram elaborados oito projetos, que deveriam estar em articulação com os ODS e propor o atendimento a demandas territoriais.

Quanto à abrangência territorial, identificada no formulário do projeto pelo item do “Contexto de intervenção [contexto geográfico], temos que: um indicou todo o estado do Rio de Janeiro, um indicou a mesorregião Norte, um indicou as mesorregiões Noroeste e médio paraíba, um indicou a cidade de Búzios, dois indicaram o município do Rio de Janeiro, um indicou a Zona Oeste do município do Rio de Janeiro e um indicou a cidade de Florianópolis (SC). Como se pode perceber, as propostas elaboradas nesta experiência articulam a noção de território de maneira dinâmica e variada. Muitos seguiram a divisão proposta por órgãos como o IBGE, outro aglutinou duas mesorregiões do estado com distintos desenvolvimentos históricos e econômicos, que porém, naquela circunstância específica compuseram uma territorialidade articulada.²⁵ Um dos projetos, inclusive,

²⁵ Para o debate sobre a construção social de territórios e territorialidades, ver: Saquet, 2015.

extrapolou a fronteira do estado do Rio de Janeiro. Isso revela a liberdade com a qual os oficinasantes estabeleceram as escalas de atuação de seus projetos.

Em relação às necessidades apontadas pelos oficinasantes para a proposição dos projetos, também se identificam aspectos diversos, tais como a ampliação do acesso à cultura e aos bens culturais de determinada localidade; ampliação do turismo cultural; mapeamento e diagnóstico prévio das comunidades para identificação das pessoas surdas e com outras deficiências; criação de renda e acesso a recursos econômicos; ampliação do acesso da população escolar às produções de artes visuais, tanto no âmbito local como global; conservação ambiental; realização de inventário dos bens culturais de natureza material, imaterial e ambiental; captação de recursos, parcerias.

Os elementos apontados pelos oficinasantes como necessidade para os projetos culturais apontam para a diversidade da cultura. É correto afirmar que algumas propostas elaboradas apontam para o multiculturalismo como estratégia de ação no espaço público, uma vez que se propõem a integração de comunidades distintas e acesso a produções artísticas de diferentes universos sociais. Outras podem ser identificadas como preocupadas com a conservação de recursos da cultura, seja através da preservação de bens culturais e ambientais, seja pela conversão de capital econômico em capital cultural para a população.²⁶

Outro item relevante para a elaboração dos projetos era o que solicitava: “Com base na Agenda 2030, indique o ODS principal em que a ideia de projeto se enquadra”. Os ODS relacionados nos projetos foram:

- ODS 4 Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
- ODS 8 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
- ODS 10 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
- ODS 11 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
- ODS 12 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

²⁶ O uso das categorias capital econômico e capital cultural se baseia nos argumentos de Pierre Bourdieu, especialmente os expostos na obra *O poder simbólico* (2005).

- ODS 14 Conservar e usar sustentavelmente dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”

Havia outros campos em que se podia indicar sinergias do projeto com outros ODS, porém, destacamos o ODS principal por compreender que esta opção revela a preocupação central dos projetos. Destaca-se que apenas o ODS 11 foi indicado duas vezes, portanto a diversidade encontrada na abrangência territorial se repetiu uma vez mais no apontamento dos ODS articulados pelas propostas. Ao se comparar com os dados indicados na inscrição para a oficina, não se percebe grande alteração no conjunto de ODS articulados. Porém, cabe destacar que a grande maioria dos ODS não aborda a cultura diretamente e, portanto, o exercício de construção de projetos na oficina permitiu uma interessante conversão de objetivos diferentes de desenvolvimento social para a atuação da cultura.

Considerações finais

Como se buscou demonstrar, apesar da precarização e potencialização das incertezas causadas pela pandemia de covid-19, a realização das oficinas do projeto Cultura e Desenvolvimento: projetos culturais e a Agenda 2030 possibilitaram a integração territorial e o desenvolvimento de novas articulações no estado do Rio de Janeiro. A maneira de realizar as oficinas, provocando constantemente os participantes ao posicionamento e ao engajamento nas atividades propostas produziu um efeito positivo.

Novas formas de conceber e articular territórios e cultura foram possibilitadas com a realização do projeto, com ênfase em seu caráter socialmente construída e culturalmente hibridizada. O uso das TIC e migração integral da oficina para o ambiente virtual, que se impôs diante da realidade sanitária mundial, se por um lado prejudicou as trocas presenciais e alongadas no tempo, por outro lado possibilitou encontros de sujeitos diversos e a articulação de novas propostas de ação para a cultura. Dessa forma, a cultura se reinventa em meio às incertezas a partir da ação de sujeitos que com ela se comprometem, lançam mão dos instrumentos disponíveis e ancorando num futuro, ainda incerto, seus projetos.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- GARCÍA-CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da USP, 2015.
- HALL, Stuart. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- IDECULT. Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura. Coordenação Frederico A. Barbosa da Silva, Herton Ellery Araújo. Brasília: IPEA, 2010.
- IBGE. Sistema de Informações e Indicadores Culturais – 2007-2018. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101687>
- RUBIM, Albino Canela. *Cultura e Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2011.
- SAQUET, Marco Aurélio. *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e o desenvolvimento territorial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015.